



# CIÊNCIAS SOCIAIS HOJE: SOCIOLOGIA

Orgs.

Luiz Augusto Campos

Mariana Chaguri

Lorena Fleury

BIB

ANPOCS

Comissão Editorial

Editora-chefe

Marcia Consolim (Universidade Federal de São Paulo)

Editora assistente

Raissa Wihby Ventura (Universidade Estadual de Campinas)

Editoria de área

Antropologia

Deise Lucy Oliveira Montardo (Universidade Federal do Amazonas)

Igor José de Renó Machado (Universidade Federal de São Carlos)

Julie Cavignac (Universidade Federal do Rio Grande do Norte)

Soraya Fleischer (Universidade de Brasília)

Ciência Política

Adriano Codato (Universidade Federal do Paraná)

Mariana Batista (Universidade Federal do Pernambuco)

Ricardo Fabrino Mendonça (Universidade Federal de Minas Gerais)

Sociologia

André Botelho (Universidade Federal do Rio de Janeiro)

Eliana dos Reis (Universidade Federal Maranhão)

Luiz Cláudio Lourenço (Universidade Federal da Bahia)

Marcelo Carvalho Rosa (Universidade de Brasília)

Produção Editorial: Zeppelini Publishers (www.zeppelini.com.br)

Arte da capa: Marco Giannotti – Sem título (quarentena) – 170 X 150 cm – 2020 – Óleo sobre tela

Preparação da capa: Maiane Bittencourt

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Ciências sociais hoje [livro eletrônico] :  
sociologia / orgs. Luiz Augusto Campos, Mariana  
Chaguri, Lorena Fleury. -- São Paulo : Zeppelini  
Publishers, 2020. -- (Ciências sociais  
hoje ; 3)  
PDF

Vários autores.  
ISBN 978-65-992667-2-0

1. Sociologia 2. Sociologia - Brasil I. Campos,  
Luiz Augusto. II. Chaguri, Mariana. III. Fleury,  
Lorena. IV. Série.

20-51205

CDD-301

**Índices para catálogo sistemático:**

1. Sociologia 301

Cibele Maria Dias - Bibliotecária - CRB-8/9427

## Violência, Crime e Justiça Criminal: as linhagens de descendência acadêmica dos pesquisadores “pioneiros” (1970-2018)

Rochele Fellini Fachinetto<sup>I</sup>

Lígia Mori Madeira<sup>II</sup>

Jania Perla Diógenes de Aquino<sup>III</sup>

Leonardo Geliski<sup>II</sup>

### Introdução

O campo de estudos sobre a violência, crime e justiça criminal<sup>1</sup> no Brasil tem se configurado por uma expressiva e dinâmica produção, sobretudo a partir do final da década de 1990. O número de teses e dissertações nessa área tem sido crescente, como mostram pesquisas realizadas no banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) (FBSP, 2009; Campos; Alvarez, 2017), bem como tem se mostrado significativa a produção de artigos científicos em revistas Qualis A e B – para além de uma tradicional produção

em livros, que inaugurou e tanto contribuiu para a formação desse campo de estudos.

É também bastante significativa a elaboração de balanços temáticos nessa área, que começaram a ser produzidos ainda na década de 1990, retomando pesquisas realizadas a partir de 1970, evidenciando o potencial reflexivo desse campo de estudos e a “tensa pluralidade teórica e metodológica”, apontada por Ratton (2018, p. 7) como traço constituinte e estruturador da área. Nesse cenário, marcado não apenas por intensa produção acadêmica sobre os temas da violência, crime e justiça criminal, mas também pelo expressivo trabalho analítico e interpretativo, con-

---

1 A própria forma de nomear esse campo de estudos tem sido objeto de reflexão e discussão em balanços anteriores, considerada uma questão controversa (Lima; Ratton, 2011, p. 11) pela diversidade de temas e objetos de análise, que incorporam tanto os fenômenos da violência e da criminalidade quanto as instituições do sistema de justiça criminal, os temas de direitos humanos e as políticas públicas de segurança. Para fins deste artigo, utilizaremos a expressão violência, crime e justiça criminal, de forma a tornar mais fluida a leitura, mas endossamos que ela não abarca a complexidade e a diversidade da área. Manteremos a menção a outras expressões apenas quando elas forem utilizadas por outros autores.

---

<sup>I</sup>Departamento de Sociologia e Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Porto Alegre (RS), Brasil. E-mail: rocheleff@gmail.com

<sup>II</sup>Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Porto Alegre (RS), Brasil. E-mails: ligiamorimadeira@gmail.com; geliski.leonardo@gmail.com

<sup>III</sup>Departamento de Ciências Sociais e Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará – Fortaleza (CE), Brasil. E-mail: perladiogenes@gmail.com

substanciado nos diversos balanços e revisões produzidos nessa área de estudos, situamos o desafio deste artigo. Por considerarmos que os balanços apresentam elementos suficientes para caracterizar a produção bibliográfica da área nos seus diferentes períodos, procuramos inovar por caminhos que até então não foram explorados, partindo dos pesquisadores pioneiros da área para reconstruir as gerações de pesquisadores seguintes, mapeando seus orientandos e os orientandos subsequentes, e elucidando uma rede que abrange quatro gerações no âmbito de suas linhagens de descendência acadêmica. Para tanto, delineamos dois percursos: em um primeiro momento, analisamos os próprios balanços já elaborados, por entendermos que se trata de uma produção muito rica e densa, que sistematiza uma ampla diversidade da produção (em livros, capítulos, artigos, teses e dissertações), com múltiplos desenhos e objetos de análise (que contemplam as temáticas trabalhadas, os referenciais teórico-metodológicos adotados, os aspectos biográficos dos pioneiros e as dimensões institucionais da produção), percorrendo um recorte temporal que abarca desde a década de 1970 até trabalhos publicados em 2018 (BIB, 2017). Essa análise buscou sistematizar as principais contribuições dessas revisões e balanços, identificando tensões e questões que permanecem em aberto, demonstrando também o quanto a temática da violência, crime e justiça criminal no Brasil pode se mostrar cíclica e dependente dos contextos político e social.

Em um segundo momento, mapeamos as linhagens de descendência acadêmica dos pesquisadores “pioneiros”, procurando compreender como se deu o processo de formação das novas gerações de pesquisadores. A escolha dos pioneiros teve como referência principal a obra organizada por Renato Sérgio de Lima e José Luiz Rattón, *As Ciências Sociais e os pioneiros nos estudos sobre crime, violência e direitos humanos no Brasil*, publicada em 2011. Por meio de entrevistas e obituários, o livro reconstrói as trajetórias intelectuais de pesquisadores que “desde a década de 1970/80 construíram uma reflexão sistemática e permanente, voltada, prioritariamente, para as questões sobre violência, criminalidade, organizações policiais e do sistema de justiça e políticas públicas de segurança”<sup>2</sup> (Lima; Rattón, 2011, p. 11). Da mesma forma, nos diversos balanços analisados neste artigo, esses pesquisadores são recorrentemente referenciados como precursores desse campo de estudos, reforçando, portanto, nossa seleção.

Linhagens do pensamento é tema abordado tanto nos estudos da sociologia dos intelectuais (Passiani, 2018) como na literatura sobre pensamento político (Brandão, 2010). Os conceitos de linhagens e de gerações abordados nesses estudos adotam como premissa que o compartilhamento teórico e temporal de correntes ou conjunturas de atuação dos pensadores e dos pesquisadores permite pensar no estabelecimento de famílias intelectuais, bem como analisar a

2 Os(as) pioneiros(as) cujas trajetórias foram reconstruídas na obra são: Michel Misse, Julita Lemgruber, Paulo Sérgio Pinheiro, Alba Zaluar, Roberto Kant de Lima, Sérgio Adorno, Luciano de Oliveira, Luiz Eduardo Soares, Maria Stela Grossi Porto, César Barreira, José Vicente Tavares dos Santos, Luiz Antônio Machado da Silva, Gláucio Soares, Cláudio Beato, Edmundo Campos Coelho (*in memoriam*) e Antônio Luiz Paixão (*in memoriam*) (Lima, Rattón, 2011). Ao todo, são 16 pioneiros cujas trajetórias foram reconstruídas na obra organizada por Lima e Rattón (2011). Entretanto, para este trabalho, são analisadas 14 linhagens, considerando que não fizeram parte da base de dados os pioneiros Antônio Luiz Paixão e Julita Lemgruber, pois não possuem orientandos de Doutorado registrados na Plataforma Lattes.

constituição, a circulação e a continuidade de ideias. Assim, aliamos as tradições dos estudos sobre o estado da arte desse campo, que mapeou os pioneiros nessa área de pesquisa, com o conceito de linhagens entendido como processo de formação de pesquisadores a partir das orientações em cursos de doutoramento. O exame das linhagens dos pioneiros dos estudos sobre violência, crime e justiça criminal considerou o aprendizado da pós-graduação como um aspecto importante na trajetória dos pesquisadores e um espaço no qual a orientação se constitui como mecanismo de difusão de ideias, práticas e interesses comuns de pesquisa, o que não implica, necessariamente, uma afinidade temática ou filiação teórica aos orientadores.

Entendendo cada pioneiro como constituidor de uma linhagem nesse campo de estudos, mapeamos quais foram seus orientandos com doutorado concluído (denominados primeira descendência de formação acadêmica) e, subsequentemente, os orientandos desses orientandos (denominados segunda descendência), construindo até a terceira descendência de pesquisadores que derivam dessas linhagens. A coleta dos dados foi baseada na pesquisa dos currículos Lattes<sup>3</sup> de 14 pioneiros e de seus orientandos. As informações extraídas foram: nome; gênero; orientador; linhagem e geração (ascendência a partir dos pioneiros); ano de defesa da tese; área do curso; instituição; tipo de instituição (privada, pública ou internacional); e dados do local da instituição (país; estado e região – no caso de ser sediada no Brasil). Para descrever esses dados, adotamos os instrumentos de estatística descritiva (tabela de

contingência) a fim de conhecer os ciclos de formação e as características das linhagens (geral e individualmente).

Destacamos que o mapeamento proposto neste artigo não pretende ser uma análise exaustiva do campo de estudos sobre violência, crime e justiça criminal no Brasil. Trata-se, antes, de uma seleção que busca compreender a ampliação do campo e alguns aspectos sobre a configuração das novas gerações de pesquisadores a partir desses precursores. O campo de estudos sobre violência, crime e justiça criminal no país é mais amplo do que o recorte aqui efetuado, tendo em vista que há pesquisadores e estudiosos, mesmo alguns que se tornaram referências fundamentais na formação de novas gerações e já com longa trajetória nesse campo de estudos, que não derivam das linhagens dos pioneiros e, por isso, não estão incluídos em nossa seleção. É também importante enfatizar que nosso mapeamento teve como foco a formação de indivíduos e não a sua produção. Portanto, nem todos os pesquisadores formados nas linhagens analisadas produziram trabalhos na área da violência e da criminalidade.

### **Um balanço dos balanços: análise dos levantamentos de pesquisas sobre violência, crime e sistema de justiça criminal no Brasil (1993-2018)**

Nesta seção, analisamos os principais balanços produzidos pela área, conforme sintetizado no Quadro 1.<sup>4</sup> O primeiro balanço no campo de estudos sobre violência,

3 Dados abertos para consulta pública.

4 Uma obra fundamental nesse campo de estudos é *Crime, Polícia e Justiça no Brasil*, organizada por Lima, Ratton e Azevedo (2014). O livro constitui uma sistematização das principais abordagens e focos temáticos dos estudos sobre a área no país. Entretanto, como não constitui propriamente um balanço no sentido dos outros trabalhos que aqui foram analisados, ela não foi incorporada em nossa análise.

**Quadro 1 - Balanços analisados da área da violência,  
crime e justiça criminal no Brasil (1993-2018).**

N	Autor(es)	Ano de publicação	Recorte temporal/análise	Enfoque/Unidade de análise
1	Sérgio Adorno	1993	1978-1993	Artigos científicos, livros, capítulos de livros, relatórios de pesquisa, dissertações e teses de Doutorado.
2	Alba Zaluar	1999	A partir de 1970	Artigos, livros e capítulos de livros. Contagem de temas e subtemas.
3	Roberto Kant de Lima, Michel Misse e Ana Paula Miranda	2000	1970-2000	Dados do Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq. Grupos de linhas de pesquisa da área Pesquisa bibliográfica na área das Ciências Sociais.
4	Fernando Salla	2006	A partir do século XIX	Balanços preliminares dos estudos acadêmicos sobre prisões nas Ciências Sociais. Reflexão sobre perfil de produção.
5	Renato Sérgio de Lima (Relatório FBSP)	2009	1983-2006	Teses e dissertações disponíveis na Plataforma CAPES. Dados do Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq. Questionário e entrevistas com pesquisadores.
6	César Barreira e Sérgio Adorno	2010	2000-2010	Fóruns e encontros anuais (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais — Anpocs, Sociedade Brasileira de Sociologia SBS, ABA, ABCP, ISA). Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq; currículos Lattes.
7	Renato Sérgio de Lima e José Luiz Rattón	2011	A partir de 1970	Reconstrução das trajetórias dos pioneiros nos estudos sobre violência, crime e Direitos Humanos no Brasil (entrevistas).
8	Peter Imbusch, Michel Misse, Fernando Carrión	2011	A partir de 1980	Temas e áreas de pesquisa em violência. Trajetórias históricas da violência na América Latina.
9	José Vicente Tavares dos Santos e César Barreira	2016	A partir de 2000	Produção latino-americana, livros (foco da análise), capítulos e artigos científicos.
10	Marcelo Campos e Marcos Cesar Alvarez	2017	2000-2016	Periódicos científicos classificados como <i>Qualis A1</i> pela área de Sociologia.
11	Ludmila Ribeiro e Alex Niche Teixeira	2018	2000-2017	Periódicos A1 e A2 da área de Sociologia da CAPES (crime e violência). Análise das metodologias.

Continua...

Quadro 1 - Continuação.

N	Autor(es)	Ano de publicação	Recorte temporal/análise	Enfoque/Unidade de análise
12	Arthur Trindade Maranhão Costa e Renato Sérgio de Lima	2018	2000-2016	Artigos nacionais A1, A2 ou B1 (Ciências Sociais). Debate sobre pesquisas com uso de estatísticas oficiais.
13	Jania Perla Diógenes Aquino e Daniel Hirata	2018	2000-2017	Teses e dissertações com abordagem etnográfica — crime
14	Jacqueline Muniz, Haydée Caruso e Felipe Freitas	2018	2000-2017	Análise de balanços anteriores. Periódicos A1, A2, B1, B2 em Antropologia, Sociologia e Ciência Política (e alguns artigos internacionais) (estudos policiais)
15	Rodrigo Ghiringhelli de Azevedo e Jacqueline Sinhoretto	2018	2012-2017	Revisão bibliográfica de artigos publicados em revistas A1 e A2 das áreas de Sociologia e Antropologia ( <i>Qualis</i> CAPES) Teses de Doutorado (CAPES) (justiça criminal).
16	Luiz Cláudio Lourenço e Marcos César Alvarez	2018	1997-2017	Teses e dissertações disponíveis nos repositórios institucionais dos PPGs em Sociologia, Antropologia, Ciência Política e Ciências Sociais (estudos sobre prisão).

CNPq: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico; SBS: Sociedade Brasileira de Sociologia; CAPES: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior; ABA: Associação Brasileira de Antropologia; ABCP: Associação Brasileira de Ciência Política; ISA: International Sociological Association; PPGs: Programas de Pós-Graduação.

crime e justiça criminal no Brasil foi elaborado por Sérgio Adorno em 1993. No artigo, o autor, que é um dos pioneiros desse campo de estudos no país, analisa a produção científica sobre a criminalidade no Brasil a partir da década de 1970, com base em um amplo levantamento de artigos científicos, livros e capítulos, relatórios de pesquisa, dissertações de mestrado e teses de doutorado. Adorno (1993, p. 3) identifica uma mudança nas abordagens, até então centradas em uma perspectiva jurídica e da legislação penal, para análises sociológicas que buscavam articular o recrudescimento da violência, o modelo de desenvolvimento econômico-so-

cial e a herança do regime autoritário nas formas de exercício do poder estatal e nas políticas de segurança.

O autor subdivide os estudos em quatro categorias, considerando seus enfoques teóricos. Um primeiro conjunto de estudos destacaria o movimento da criminalidade, tendências e características das práticas delituosas, ocorrências policiais que apresentavam crescimento ou retração e quais seriam as possíveis causas ou fatores explicativos (Adorno, 1993, p. 3). Um segundo grupo concentraria suas análises no perfil social dos delinquentes, evidenciando o fenômeno da seletividade penal, dado que eram recruta-

dos entre grupos de trabalhadores urbanos de baixa renda, não diferindo do perfil social da população pobre. A terceira categoria estaria relacionada à organização social do crime sob a perspectiva do delinquente. Esse conjunto de trabalhos dedicou-se a análises sobre a identidade dos delinquentes, considerados a partir da dicotomia trabalhador × bandido, elaborada por Alba Zaluar (*apud* Adorno, 1993, p. 4-5), bem como os tipos de criminosos e de organizações criminais, associando-as ao modelo de organização empresarial. Um quarto grupo de trabalhos dedicou-se à análise das políticas penais. Muitos desses trabalhos evidenciavam as tensões que perpassavam o período da ditadura civil militar, o processo de redemocratização da sociedade brasileira, bem como o período de recrudescimento dos fenômenos da violência urbana no país, sobretudo com relação ao respeito às normas constitucionais como fundamento para o exercício do poder do Estado. É nesse sentido que as conclusões desse primeiro balanço apontam para a necessidade de uma nova racionalidade jurídica, capaz de consolidar uma efetiva justiça social – racionalidade, subjacente ao direito de punir, que pudesse produzir um deslocamento do valor à liberdade para o valor à vida (Adorno, 1993).

Em 1999, Alba Zaluar produz o balanço “Violência e crime”. Para analisar debates dos 25 anos anteriores, ela explora a relação entre os campos intelectual e político. Também observando as mudanças políticas, sociais e econômicas ocorridas no Brasil entre o período autoritário, a redemocratização e seu primeiro ciclo político, Alba (1999) sustenta que a postura do cientista social como intelectual orgânico marca a constituição de um campo de estudos sobre violência, crime e seus paradoxos. Isto é, as pesquisas seriam marcadas por dilemas: por um lado,

buscavam inclusão social das classes sociais oprimidas. Por outro, viam os pobres inseridos nas manifestações de violência, seja como atores, seja como vítimas. Realizando um mapeamento de artigos, livros e capítulos publicados e a contagem de temas e subtemas, Zaluar (1999) verifica a hegemonia do paradigma marxista e da criminologia crítica, com predomínio da questão institucional. Ela chama a atenção também para a influência de Foucault e os dispositivos de poder, de produção de verdade e disciplina, permitindo uma combinação Marx e Foucault para explicar mecanismos de poder estatal, especialmente da polícia e da prisão nas obras de Sérgio Adorno, Kant de Lima e Michel Misse. Outra vertente centrava-se no liberalismo político e sua preocupação com a construção da nação e da cidadania via processo de democratização e os desafios impostos a ela pela violência urbana e difusa (Adorno, Caldeira, Oliveira, Paixão, Pinheiro, Velho, Zaluar), apontando os percalços do processo civilizatório – inversão da teoria do homem cordial, diagnóstico do caráter da sociedade brasileira em uma perspectiva culturalista (Benevides, Cardia, Caldeira, Machado da Silva, Paoli, Soares, Velho, Vargas, Zaluar). Tensões entre as práticas cotidianas do sistema de justiça penal (polícia e sistema penal) e o contraste com o sistema normativo legal; o predomínio da explicação sociológica dicotômica: dominação, exploração capitalista, segregação racial e exclusão (Guimarães, Carvalho, Oliven, Kowarick, Misse, Zaluar); e uma visão dicotômica da polícia, ora como órgão repressor a serviço das classes dominantes, ora como prestadora de serviços, mesmo às classes populares, marcam a produção no período. Zaluar (1999) aponta cinco temas sempre presentes na literatura:

- a reflexão sobre o que é violência e seus múltiplos significados e planos;



- imagens e representações sociais do crime e da violência e o medo da população;
- contar as vítimas e os crimes;
- explicações para o aumento da violência e da criminalidade;
- o problema social da criminalidade como tema de política pública.

Um ano após o levantamento de Alba Zaluar, Roberto Kant de Lima, Michel Misse e Ana Paula Miranda (2000) realizaram novo balanço, dessa vez traçando um quadro geral dos pesquisadores da área. Os autores assinavam que as temáticas da violência, criminalidade, segurança pública e justiça criminal já apresentavam produção regular e ganhavam relevância nos debates, seja pela crescente compreensão de sua complexidade e interesse público, seja pelo acúmulo de interpretações de materiais que veiculam. Analisando os bancos de dados do CNPq, eles destacam que no ano 2000 já se verificava em todo o país cerca de 450 pesquisadores registrados nos diretórios de pesquisa do CNPq, incluídos no setor de atividades de “segurança pública e criminalidade”. Entre eles, mais da metade seriam sociólogos, cientistas políticos e antropólogos. Segundo os autores, naquele período já se identificavam 41 grupos de pesquisa nas temáticas relacionadas à violência e crime, representando cerca de 10% dos grupos de pesquisa em ciências sociais. Embora assinalem que metade dos pesquisadores e grupos de pesquisa na temática estivessem na Região Sudeste, especialmente nos estados do Rio de Janeiro e de São Paulo, os autores também destacam a presença significativa de grupos de pesquisa nas demais regiões do país, apontando para a nacionalização dessa temática, o que não ocorria antes de 1995, sendo possível observar, no argumento dos autores, as seguintes divisões temáticas:

- delinquência e criminalidade violenta;
- polícia e sistema de justiça criminal;
- políticas públicas de segurança;
- violência urbana: imagens práticas e discurso.

Para explorar mais as discussões dos trabalhos sobre delinquência e criminalidade violenta, que corresponde à maioria dos trabalhos examinados, eles apresentam alguns subitens, tais como:

- delinquência infantojuvenil e a categoria menor;
- aumento da criminalidade urbana, mudanças de padrão e perfil social dos acusados e seus efeitos de violência;
- a questão do crime organizado e do tráfico de drogas.

Mais abrangente que os anteriores, esse levantamento realizado por Kant de Lima, Misse e Miranda (2000) trabalha com grande quantidade de pesquisas e os autores se empenham em identificar e discutir trabalhos desenvolvidos fora da região.

Em 2006, Fernando Salla empreende um levantamento específico sobre o campo dos estudos prisionais no Brasil, ressaltando que, durante o século XIX e nas primeiras décadas do século XX, questões relacionadas a prisões despertavam o interesse apenas de pesquisadores do direito e da medicina, em sua vertente criminológica. Os primeiros estudos sobre a temática nas ciências sociais do país datam dos anos de 1970, mas teria sido apenas a partir da crise na segurança pública, nos anos de 1980, bem como das discussões relacionadas à abertura democrática, que pesquisadores teriam sido atraídos para a temática. Nos anos de 1990, a discussão sobre prisão se consolidaria, embora a quantidade de trabalhos fosse modesta e apenas tenha aumentado significativamente nos anos

2000. O autor destaca as temáticas da educação nas prisões, das dinâmicas das relações entre encarcerados, das atuações de assistentes sociais e agentes penitenciários, da saúde mental nas prisões, das mulheres detentas, dos programas de trabalhos dos internos e levantamentos históricos sobre as prisões.

Em 2009, quase duas décadas depois do primeiro balanço (Adorno, 1993), o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) buscou mapear conexões teóricas e metodológicas da produção em torno dos temas da violência e da segurança pública com as políticas públicas da área nos anos de 1990 e 2000. O *corpus* do artigo abrangeu teses e dissertações produzidas até abril de 2007, chegando a identificar 2.044 trabalhos, além de terem realizado entrevistas com pesquisadores da área para compreender papéis e representações existentes no campo de estudos da segurança pública. A análise do material revelou que a produção brasileira de estudos sobre violência e crime urbano ainda era tímida, demandando continuidade de esforços, exploração de novos temas e fomento. As temáticas mais recorrentes eram modalidades de violência; perfis de agressores e vítimas; evolução do crime; características da organização social do crime e da violência; meios e modos empregados nas ações criminais; relações entre medo, insegurança e violência, mídia e violência, violência e situação social e desigualdade social. De acordo com o balanço produzido pelo FBSP (2009), há ênfase recente no estudo de políticas públicas de segurança e justiça criminal, estrutura e funcionamento das agências encarregadas de controlar o crime, desempenho dos operadores técnicos e não técnicos do direito na aplicação das leis penais com foco no desempenho dos agentes policiais. Eles destacam que novos temas vêm sendo incorporados ao deba-

te, tais como “crime organizado” e tráfico de drogas, tensão entre direitos humanos e políticas de segurança, punição e controle social, e impunidade e funcionamento do sistema judicial. Trabalhos sobre violência doméstica, violência nas relações de gênero, conflitos interpessoais, violência nas escolas, violência nas ruas, assim como os clássicos estudos sobre violência durante a ditadura e seus reflexos, marcariam essa produção. A participação dos pesquisadores no debate público também seria uma marca do período, concomitantemente com esforços dos governos federal e estaduais em melhorar a qualidade das estatísticas oficiais, motivados em muito por pressões sociais e da comunidade acadêmica. Apesar desses avanços, os autores ressaltam dificuldades persistentes, relacionadas às tensas relações entre os produtores de conhecimento e os atores do *policy making* da segurança pública e justiça criminal, à dificuldade de formulação e implementação de ações efetivas, à carência de dados quanto ao custo dessas ações, à multifatorialidade das causas da violência, que acaba contribuindo para dificultar a ação sobre tendências de crescimento da criminalidade. Os autores concluem que existe um aparente paradoxo: enquanto há grande produção acadêmica, há baixa adesão de referenciais técnicos ou metodológicos na formulação das políticas públicas da área, o que revela dificuldades de estabelecer canais entre a produção e as políticas.

Em 2010, no volume reservado à sociologia da coleção “Horizontes das Ciências Sociais no Brasil”, publicado pela Anpocs, Barreira e Adorno (2010) empreendem uma análise diacrônica da violência e dos conflitos sociais no país, dos anos de 1960 a 2010. Eles também discutem a incidência da violência no pensamento social e na sociologia política na formação do Brasil moderno,

mostrando que em tais debates a violência costuma ser apresentada como recurso de poder social e político, sem ser abordada como problemática específica. Os autores dialogam, ainda, com os levantamentos e os balanços da produção em ciências sociais no Brasil referentes à violência e ao crime até então elaborados, elencando “as primeiras linhas de investigação sociológica, os temas de maior repercussão, as conclusões de maior impacto no debate acadêmico e público” (Barreira; Adorno, 2010, p. 311). Os autores concluem que os estudos da década atual dão prosseguimento a linhas de pesquisa iniciadas em decênios anteriores, destacando temas e tendências na agenda de investigação no Brasil. Entre eles, estão estudos que abordam mudanças no perfil da criminalidade e da violência, especialmente aquelas “organizadas”, envolvendo tanto pessoas pobres como indivíduos procedentes de classes médias e altas; novas configurações urbanas e suas relações com a informalidade e os mercados ilegais; variadas abordagens e enfoques analíticos dos estudos dos homicídios; constituição de diferentes coletivos criminais, tais como quadrilhas, gangues, grupos de extermínio; impasses e contradições relacionados ao controle democrático da violência; atuação repressora do Estado e suas relações com as políticas de segurança pública; desafios das instituições policiais; participação da sociedade nas políticas públicas de segurança; novas formas de conflitualidades e sua administração pelo Estado e outros agentes; novas dinâmicas da punição; e o crescimento do encarceramento e seus desdobramentos.

Outra obra analisada foi *As Ciências Sociais e os Pioneiros nos estudos sobre crime, violência e direitos humanos no Brasil*, orga-

nizada por Renato Sérgio de Lima e José Luiz Ratton, na qual acessamos narrativas pessoais daqueles considerados “pioneiros” desses estudos. Os organizadores do livro afirmam que a nomeação desse campo de estudos é controversa, pela diversidade temática e teórica que o compõe, e que a escolha daqueles considerados “pioneiros” levou em conta a construção de uma reflexão sistemática e permanente desde as décadas de 1970 e 1980 sobre violência, criminalidade, organizações policiais e do sistema de justiça e políticas públicas de segurança (Lima; Ratton, 2011, p. 11). Embora não constitua um balanço dos estudos na área, a obra permite-nos conhecer a trajetória dos “pioneiros”, suas áreas de formação, vinculações teóricas, contribuições metodológicas e teóricas, a construção e a constituição de grupos de pesquisa, em um período marcado pela institucionalização dos programas de pós-graduação no Brasil. Alguns temas perpassam quase todas as entrevistas, como o papel das universidades, sua relação com as políticas públicas e instituições de segurança pública, disputas em torno das noções de segurança pública e segurança cidadã, possibilitando-nos compreender a constituição desse campo e algumas controvérsias e disputas que o atravessam. Se alguns pioneiros defendem a articulação desse campo com o das políticas públicas, outros enfatizam a necessária autonomia da universidade perante os governos. Sobre vinculações teóricas, embora seja possível identificar a influência de diversos autores<sup>5</sup> e suas recorrentes citações pelas gerações que os sucederam, as entrevistas não demonstram adesões a abordagens ou correntes de pensamento, configuradas em “identidades teóricas” dentro do campo,

---

5 Destaque para algumas referências mencionadas: Max Weber, Emile Durkheim, Norbert Elias, Howard Becker, Pierre Bourdieu, Michel Foucault, Hannah Arendt, David Garland.

sendo possível perceber um ecletismo teórico, mobilizado para compreender múltiplos e complexos fenômenos. Esse argumento corrobora nosso entendimento sobre a mobilização da noção de *linhagem*, considerando-se que não podemos pensar em afiliações teóricas ou temáticas a partir dos pioneiros, pela complexidade e pela multiplicidade dos fenômenos analisados dentro de uma mesma linhagem, que acaba recorrendo a abordagens teórico-metodológicas muito diversas. Conforme concluíram Lima e Ratton (2011, p. 12), o que se observa nos últimos 20 anos é a consolidação de olhares próprios das ciências sociais sobre o tema da violência e da criminalidade, bem como a formação de novas gerações de pesquisadores.

Também em 2011, Peter Imbusch, Michel Misse e Fernando Carrión publicaram um balanço sobre as pesquisas em violência no continente latino-americano intitulado *Violence research in Latin America and the Caribbean: a literature review*. Nesse trabalho, os autores abordam a problemática da violência na região, apontando as altas taxas de homicídios e a variedade de modalidades e formas, tais como gangues juvenis, violência doméstica, tráfico de drogas, lavagem de dinheiro, movimentos de guerrilha, esquadrões da morte, terrorismo e ditaduras, levantes e revoluções violentas, entre outras, que fazem do continente um dos mais violentos do mundo. Diferenciando as categorias de violência em social, econômica, política e institucional, os autores apontam a relação destas com as altíssimas desigualdades e exclusão social que acometem os países, com fraca legitimidade dos Estados no monopólio da violência, déficits no *rule of law* e extensa corrupção policial, somadas a uma cultura da violência.

Santos e Barreira (2016) também propõem um olhar para o campo intelectual

acerca da violência e da segurança cidadã na América Latina, analisando a produção entre 2000 e 2016 contemplando livros, capítulos de livros e artigos científicos. Os autores destacam o papel relevante do Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (CLACSO) na produção expressiva de pesquisas, estudos e publicações nos temas da violência e controle do crime na região. Segundo Santos e Barreira (2016), podem-se resumir as últimas duas décadas de produção sociológica na América Latina em um mapa cognitivo, em que se identifica, por um lado, a análise da “violência difusa”, predominantemente uma violência urbana, manifesta no crescente número de homicídios, em países como Brasil, Colômbia, Venezuela, Honduras e México; e, por outro, uma espessa “conflictualidade social”, manifesta em diversas sociedades do continente (Santos; Barreira, 2016, p. 15). Com base na análise da produção considerada, Santos e Barreira (2016, p. 25-30) apontam que as contribuições originais da sociologia na América Latina podem ser indicadas por dois conceitos: a violência difusa e a segurança cidadã. Por um lado, uma microfísica da violência perpassa o tecido social e evidencia uma multiplicidade de conflictualidades e relações de poder; por outro lado, a disseminação de experiências inovadoras – no que se refere a políticas públicas de segurança e mesmo à articulação entre universidades, pesquisadores e agentes da segurança pública, como a própria criação do FBSP, em 2006 – configuram algumas possibilidades para a construção de uma segurança cidadã.

Em 2017, Marcelo Campos e Marcos Alvarez publicaram o balanço *Políticas públicas de segurança, violência e punição no Brasil (2000-2016)*, que parte da análise de periódicos acadêmicos classificados como Qualis A pela área de sociologia na CAPES.

Eles atribuem a intensificação e a difusão da área a duas razões principais: a produção de revistas especializadas na temática e a multiplicação de pesquisas financiadas pelo governo federal no período analisado. As pesquisas na temática inicialmente fomentadas por recursos externos passaram a ser financiadas por agências e órgãos públicos, o que acarretou alterações temáticas, incrementando, segundo os autores, os estudos sobre políticas públicas de segurança. Campos e Alvarez (2017) problematizam se houve mudança ou inflexão nessa literatura; quais as principais perspectivas analíticas da atualidade; como se distribuem as temáticas e como se divide a produção por região do Brasil. Os autores dividem a produção em três linhas principais:

- estudos sobre políticas públicas de segurança;
- estudos sobre violência e sociabilidades;
- investigações no âmbito de uma sociologia da punição.

Os autores sustentam uma preponderância da temática das políticas públicas de segurança e suas análises sobre fluxo, justiça criminal, administração institucional de conflitos, polícia, reforma da justiça, segurança privada, segurança pública, determinantes da criminalidade, prevenção ao crime e política criminal, estatísticas criminais, oportunidades do crime e violência de gênero. Para eles, há outras duas temáticas interconectadas criticamente com a questão da violência: os estudos sobre violência e sociabilidades (incluem *performances*, representações sociais e práticas da violência, ilegalismos urbanos, sociabilidades violentas, igualmente conectados aos temas de organização e sociabilidade dos grupos criminosos, dos subalternos nas margens e do tráfico de drogas) e os estudos sobre sociologia da punição e das prisões.

O balanço dos periódicos Qualis A1 na área revelou crescimento significativo, sobretudo a partir de 2008, de autores vinculados às principais universidades públicas brasileiras, sendo prevacente a produção do Sudeste (São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais), do Rio Grande do Sul e do Distrito Federal, coincidindo com as origens dos estudos pioneiros da temática. Ao analisar a produção por estado, os autores demonstram a preponderância de trabalhos oriundos dos pesquisadores apresentados como “pioneiros” por Lima e Ratton ou de seus afiliados. A concentração de mais da metade da produção publicada em revistas Qualis A no Sudeste convive com o aumento progressivo da diversidade regional. Os autores assinalam a trajetória desses estudos desenvolvidos a partir dos anos 1970/1980 no Sudeste, consolidados em grupos e linhas de pesquisa nos anos de 1990 que, a partir de 2000, expandem-se e se diversificam regionalmente.

A *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais* (BIB) dedicou seu número 84 exclusivamente às temáticas do crime, polícia, sistema de justiça e prisional. Organizado por José Luiz Ratton, o volume foi composto de uma introdução e seis artigos que desenvolvem balanços abordando eixos específicos das temáticas mencionadas. Na introdução, Ratton (2018) assinala que, além de atualizar temas já abordados, os textos apresentam investigações mais densas sobre áreas menos exploradas nas revisões bibliográficas anteriores. Os aspectos metodológicos das pesquisas na área são objeto de análise de três artigos. O primeiro deles, escrito por Ludmila Ribeiro e Alex Niche Teixeira (2018), analisa as metodologias utilizadas nos trabalhos com base em uma pesquisa nos periódicos classificados como A1 e A2 pela área de Sociologia da CAPES. Os autores indicam que a maioria significativa

dos textos examinados recorre a métodos de pesquisa qualitativa, sobretudo à entrevista, e consideram a predominância dos estudos qualitativos como indício de certa inabilidade dos pesquisadores brasileiros com metodologias quantitativas robustas para coleta e análise de dados (Ribeiro; Teixeira, 2018). O debate sobre métodos também é explorado no texto de Jania Aquino e Daniel Hirata (2018), que assinalam a relevância das etnografias e da teoria etnográfica nas pesquisas que abordam o crime e seus agentes. O texto argumenta que levar a sério a perspectiva nativa permite ao etnógrafo superar terminologias jurídicas e normatividades externas aos contextos das pesquisas, resultando no refinamento de conceitos e abordagens. O artigo de Arthur Trindade M. Costa e Renato Lima (2018), por sua vez, afirma que o principal entrave metodológico aos estudos sobre criminalidade e violência no país está relacionado à ausência de dados estatísticos padronizados em nível nacional. A inexistência de séries históricas sobre ocorrências criminais, a escassez de pesquisas de vitimização e as informações precárias referentes ao sistema de justiça constituiriam limitações à elaboração de estudos quantitativos mais abrangentes e confiáveis, convertendo-se em obstáculos à avaliação de políticas públicas de segurança. O sistema de justiça criminal é tema de aprofundamento dos demais artigos. Jacqueline Muniz, Haydée Caruso e Felipe Freitas (2018) fazem um balanço dos estudos policiais na área, ressaltando dois traços da produção analisada: um certo compromisso com a noção de “cultura policial”, comprometendo especificidades de cada pesquisa, e a ênfase em uma ciência social dos problemas policiais ou aplicada à polícia, sem avançar para pesquisas compreensivas. Para os autores, fragilidades na instituição e necessidade de reformas acabam por levar os pesquisado-

res a avaliar a polícia, indicando o que deve ser modificado ou o que funciona, tirando o foco de questões analíticas e do debate acadêmico. Tendo como objeto de análise o sistema de justiça criminal na perspectiva da sociologia e da antropologia, Rodrigo Ghiringhelli de Azevedo e Jacqueline Sinhoretto (2018) argumentam que as pesquisas recentes sobre a justiça brasileira observam a persistência da tradição inquisitorial nessa instituição, a adesão esporádica à agenda dos direitos humanos e a interferência de moralidades que reproduz assimetrias de gênero e classe nas instâncias da justiça criminal. Os autores ressaltam que esforços inovadores não têm conseguido desencadear mudanças substantivas na justiça ou conduzi-la em uma direção democratizante. Por fim, Luiz Lourenço e Marcos Alvarez (2018) elaboram um balanço dos estudos sobre prisões e chamam a atenção para o aumento do interesse nessa subárea de pesquisa, particularmente as “gangues prisionais”, suas relações com a administração pública e seus impactos internos e externos às prisões. Os autores apontam o incremento das pesquisas sobre a relação eventual de políticas prisionais com discursos punitivos e sobre as próprias políticas. A baixa densidade de estudos comparados com outros países é percebida pelos autores como indicador de baixa internacionalização dos estudos prisionais no Brasil.

Uma tentativa de síntese dessa produção revela que os primeiros balanços (Adorno, 1993; Zaluar, 1999; Kant *et al.*, 2000) demonstravam a preocupação inicial dos pesquisadores com a conjuntura da transição democrática e o legado autoritário deixado. Chama a atenção o processo de reconstituição da trajetória da área partindo dos estudos associados ao direito que migraram para a sociologia, tendo como marco do desenvolvimento os processos de institucionali-

zação de grupos de pesquisa, o aumento do número de pesquisadores e a diversificação de temas com foco específico nessa temática. O campo que inicia tratando de práticas criminosas e perfil de delinquentes passa por uma diversificação de agenda, voltando-se ao Estado como objeto de pesquisa tanto como instituição quanto como ator no exercício do controle do crime e implementador de políticas públicas de segurança. Outra preocupação central dizia respeito ao tipo de criminalidade encontrada no contexto pós-redemocratização, suas causas e suas formas de organização. Os balanços produzidos nas duas últimas décadas demonstram a permanência das grandes temáticas e a necessária atualização temática em decorrência tanto do desvelamento de violências acometendo grupos vulneráveis quanto da expansão de políticas públicas e do gasto social no contexto latino-americano. Destacam-se o aprimoramento metodológico nos trabalhos do campo e a preocupação com o funcionamento e a performance do sistema de justiça criminal. Sobressaem nesse debate o enfoque da segurança enquanto política pública e a preocupação com a operacionalização de um

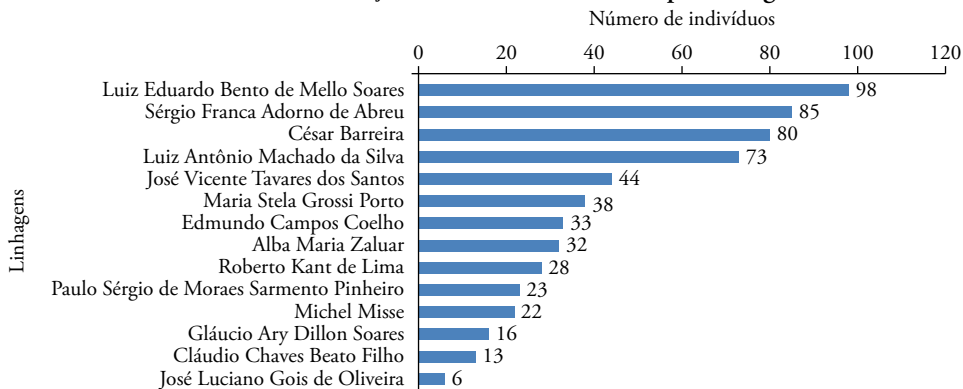
conceito de segurança cidadã. Aliado a essas análises do estado da arte, os balanços apontam para o papel central dos pesquisadores “pioneiros” (Lima; Ratton, 2011) na formação e na institucionalização desse campo de estudos, e para sua relevância na capacidade de formação de grande número de pesquisadores, constituindo extensas redes de pesquisa ao longo de 40 anos.

### **Análises das linhagens de descendência acadêmica com base nos pioneiros no campo de estudos da violência, crime e justiça criminal no Brasil**

Esta seção focaliza a produção dos “pioneiros” e mapeia seus orientandos e os orientandos subsequentes, elucidando uma rede de quatro gerações de pesquisadores no âmbito de suas linhagens de descendência acadêmica. A análise contempla variáveis como gênero, áreas e instituições de formação, trazendo contribuições para a compreensão da expansão desse campo de estudos no Brasil.

O Gráfico 1 ilustra o tamanho de cada uma das linhagens de descendência oriun-

**Gráfico 1 – Distribuição de indivíduos formados por linhagens.**

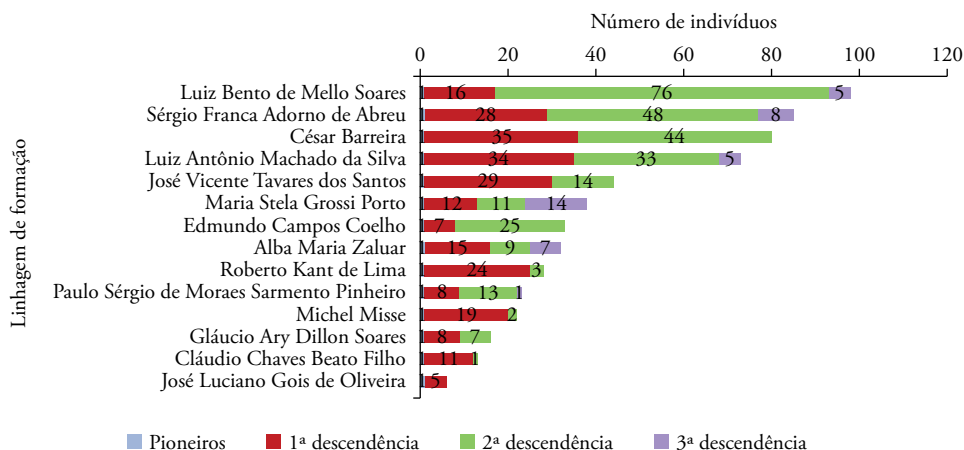


das de cada um dos pesquisadores pioneiros no que se refere ao número de orientandos. Há presença de pesquisadores com idades e trajetórias variadas e tempos de orientação diversos, o que se reflete na grande diferença entre os números de orientandos por linhagem. O tamanho dessas redes não tem qualquer pretensão de aferir quantitativamente o trabalho e a produção de cada um desses pesquisadores, e sim é importante para compreender as ramificações da formação de novas descendências de pesquisadores com base nos pioneiros nos estudos sobre violência, crime e justiça criminal no Brasil. O Gráfico 2 indica a distribuição das linhagens e suas descendências acadêmicas de orientação. O Gráfico 3 apresenta a projeção das descendências acadêmicas das linhagens dos pioneiros ao longo do tempo, considerando a data de defesa da tese de doutorado do primeiro orientando até a última defesa registrada. Nele, conseguimos perceber a longevidade da linhagem formada a partir da orientação do professor Luiz Antônio Machado da Silva, cujas orientações iniciaram no começo

dos anos 1980 e perduram até hoje. A segunda linhagem mais antiga é a do Professor Edmundo Campos, cuja morte prematura deixou um intervalo entre as orientações realizadas por ele (iniciadas no começo de 1980 e concluídas ao final dos anos 1990) e as orientações de seus orientandos, que começaram no início de 2000 e continuam até hoje. Os demais pioneiros têm uma história de formação de pesquisadores que se iniciou por volta dos anos 1990: Sérgio Adorno, Gláucio Soares e Alba Zaluar são os primeiros dessa geração, seguidos por Paulo Sérgio Pinheiro, Maria Stela Grossi Porto e Luiz Eduardo Soares, e, mais ao final da década, por José Vicente Tavares dos Santos e César Barreira. Há outro grupo de pioneiros cujas orientações iniciam em meados da década de 2000 (Cláudio Beato, Michel Misse e Roberto Kant de Lima). Estes são os pesquisadores da primeira descendência acadêmica que, no gráfico, aparecem na cor laranja.

A segunda descendência de formação acadêmica, composta das orientações realizadas pelos orientandos de Doutorado dos

**Gráfico 2 – Distribuição de indivíduos nas linhagens (total das orientações).**





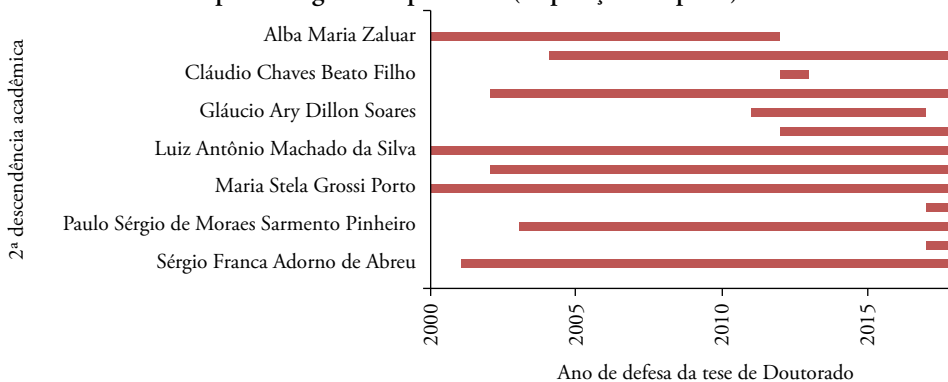
pioneiros Alba Zaluar, Luiz Antônio Machado da Silva, Maria Stela Grossi Porto, Sérgio Adorno, Edmundo Campos Coelho, Luiz Eduardo Soares, Paulo Sérgio Pinheiro e César Barreira, começa entre o início e o meio da década de 2000. Um segundo grupo de orientandos de segunda descendência finaliza suas

primeiras orientações a partir do início da última década (Cláudio Beato, Gláucio Soares, José Vicente Tavares dos Santos). Por fim, orientandos de Michel Misse e Roberto Kant de Lima, que também constituem a segunda descendência, terminaram suas primeiras orientações nos dois últimos anos (Gráfico 4).

**Gráfico 3 – Duração da primeira descendência acadêmica por linhagens dos pioneiros (disposição temporal).**



**Gráfico 4 – Duração da terceira descendência acadêmica por linhagens dos pioneiros (disposição temporal).**



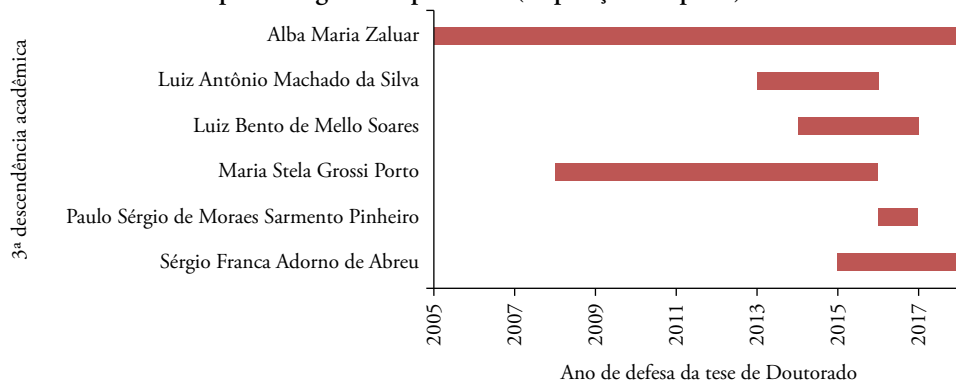
Dada a trajetória ainda relativamente recente da área, a formação de doutores de terceira descendência das linhagens ainda é incipiente (Gráfico 5): Alba Zaluar se destaca como tendo a quarta geração mais antiga de pesquisadores em violência, crime e justiça criminal, seguida por Maria Stela Grossi Porto, ambas em meados da década de 2000, e Luiz Antônio Machado da Silva, Luiz Eduardo Soares, Sérgio Adorno e Paulo Sérgio Pinheiro, mais recentemente (a partir de 2013).

Os gráficos anteriores ilustram melhor o tamanho dessa grande rede de pesquisadores agora distribuídos em descendências de formação, que chega a 591 pesquisadores considerando-se a origem das linhagens com os pioneiros:<sup>6</sup> a primeira descendência, os orientandos dos pioneiros; a segunda, os orientandos dos primeiros orientandos; e assim sucessivamente. É possível verificar o crescimento dessa rede de pesquisadores

e a capacidade e o potencial de formação de recursos humanos na área (Gráfico 6). Uma possível correspondência entre a formação desses doutores com a produção bibliográfica descrita pelos diferentes balanços revela o mesmo *boom* ocorrido entre a produção de doutores e de publicações a partir dos anos 2000, como destacado no balanço realizado por Campos e Alvarez (2017).

A análise das linhagens de pesquisadores também revela questões de gênero muito interessantes. Em primeiro lugar, chama a atenção que entre os 14 pioneiros considerados no nosso recorte há duas mulheres, as professoras Alba Zaluar e Maria Stela Grossi Porto. Cabe destacar que, entre os 16 pioneiros mencionados no início do texto, encontra-se também a professora Julita Lemgruber, que é uma referência fundamental nesse campo de estudos; porém, como já mencionamos, ela não foi incluída na nossa seleção

**Gráfico 5 – Duração da terceira descendência acadêmica por linhagens dos pioneiros (disposição temporal).**

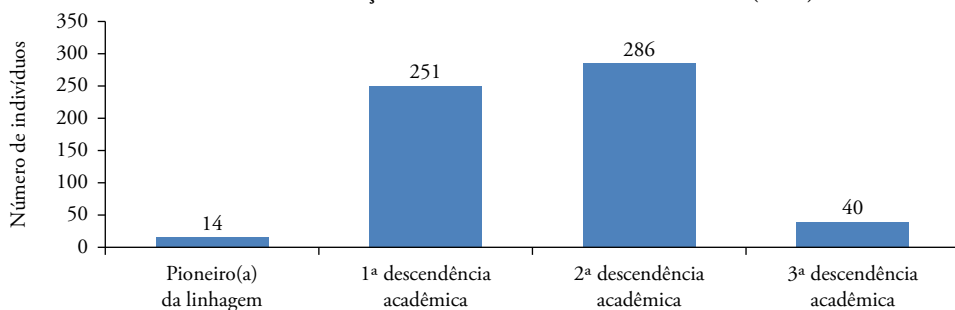


6 Há dois casos que fogem a esse padrão: Michel Misse e Cláudio Beato são considerados pioneiros e foram orientados também por pioneiros, respectivamente, Luiz Antônio Machado da Silva e Edmundo Campos Coelho. Nesse caso, Michel Misse e Cláudio Beato seriam considerados pesquisadores formados na primeira descendência, mas buscando evitar um duplo registro, eles foram considerados apenas pioneiros, portanto, pesquisadores de origem de suas respectivas linhagens de formação.

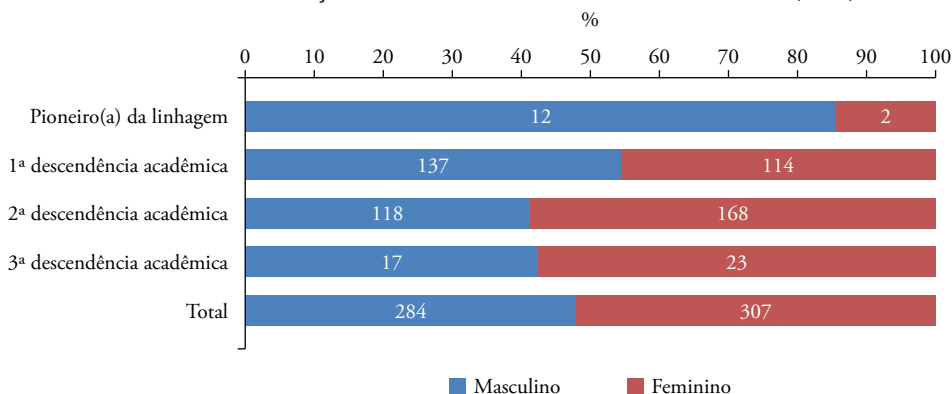
em razão de não possuir orientandos de doutorados registrados no seu currículo Lattes. A primeira descendência de pesquisadores dá um salto, chegando a praticamente igualar o número de doutores e doutoras formados(as) pela origem das linhagens, tendo na descendência seguinte as doutoras superando os doutores (muito embora o ainda reduzido número de doutores formados). Uma análise de gênero do número total de pesquisadores revela a preponderância de mulheres com doutorado na área, chegando a 51% do total de 591 pesquisadores que fazem parte da nossa seleção (Gráfico 7).

De modo a pensar sobre os possíveis efeitos de uma produção em violência e crime feita por mulheres, é interessante retomar o balanço realizado pelo FBSP (2009) e a inauguração dos estudos de gênero na área (Corrêa, 2001; Heilborn; Sorj, 1999). Esses dados corroboram, em alguma medida, alguns dados apresentados no já mencionado balanço realizado pelo FBSP (2009), que analisou a produção do campo da violência e segurança pública no período compreendido entre 1983 e 2006, a partir do levantamento no Banco de Teses e Dissertações da CAPES. A pesquisa, que foi realizada

**Gráfico 6 – Distribuição de indivíduos nas descendências (total).**



**Gráfico 7 – Distribuição de homens e mulheres nas descendências (total).**

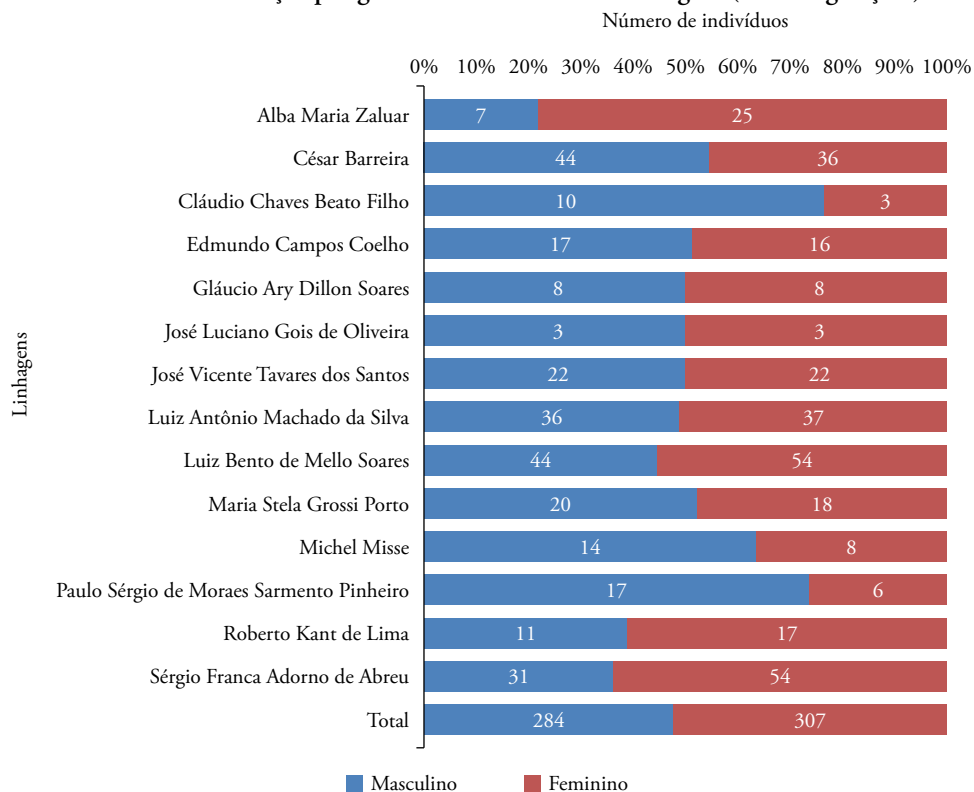


por meio de busca de determinadas palavras-chave, identificou um total de 8.205 teses e dissertações sobre a temática da violência e da segurança pública (FBSP, 2009, p. 21) e, desse total, 4.387 autores eram do gênero feminino, o que corresponde a um percentual de 53,5%, e 3.760 autores do gênero masculino, perfazendo 45,8% (FBSP, 2009, p. 29) – em 58 casos não foi informado o gênero do autor. Em contrapartida, o estudo identificou que, em relação aos orientadores, prevalece o gênero masculino, com 57,7%, o que é justificado, no trabalho, em função da influência da produção do direito sobre o

tema. Uma possibilidade de explicação para essa diferença em relação aos nossos achados é que nosso recorte foi distinto, não tratando da produção, mas da formação de novos pesquisadores a partir dos pioneiros, o que pode ter excluído essa influência dos pesquisadores do Direito. Embora os recortes temporais e os desenhos das pesquisas sejam distintos, ambos revelam que as mulheres estão assumindo preponderância nesse espaço de produção.

A distribuição de gênero em cada uma das linhagens varia consideravelmente, conforme demonstra o Gráfico 8. Das 14 linha-

**Gráfico 8 – Distribuição por gênero de indivíduos nas linhagens (total de gerações).**



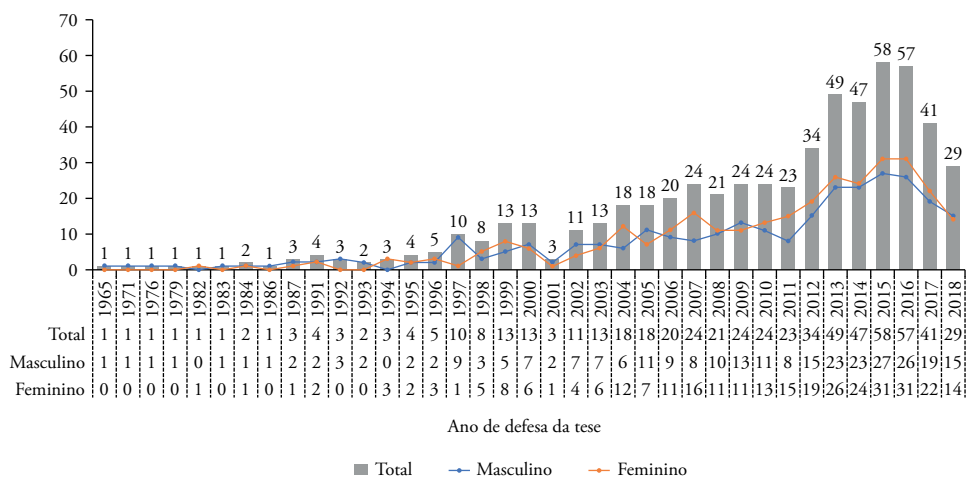
gens investigadas, em oito há proximidade entre o número de pesquisadores dos gêneros masculino e feminino. Nos opostos, encontramos a linhagem da professora Alba Zaluar, com quase 80% de pesquisadores do gênero feminino, seguida pelos professores Sérgio Adorno e Kant de Lima, com mais de 60% de pesquisadores do gênero feminino; pelos professores Cláudio Beato e Paulo Sérgio Pinheiro, com mais de 70%; e Michel Misse, com pouco mais de 60% de pesquisadores do gênero masculino.

Apesar das diferenças apontadas anteriormente, a análise da distribuição dos indivíduos por ano de formação e gênero demonstra certa equivalência, conforme o Gráfico 9. A área começa timidamente ainda na década de 1960, mantendo-se com baixa capacidade de formação até meados dos anos 1990, quando então supera uma dezena de orientandos por ano em 1997. Dez anos depois aumenta o número de doutores para mais de duas dezenas e, a partir daí, o número de pesquisadores doutores aumenta até

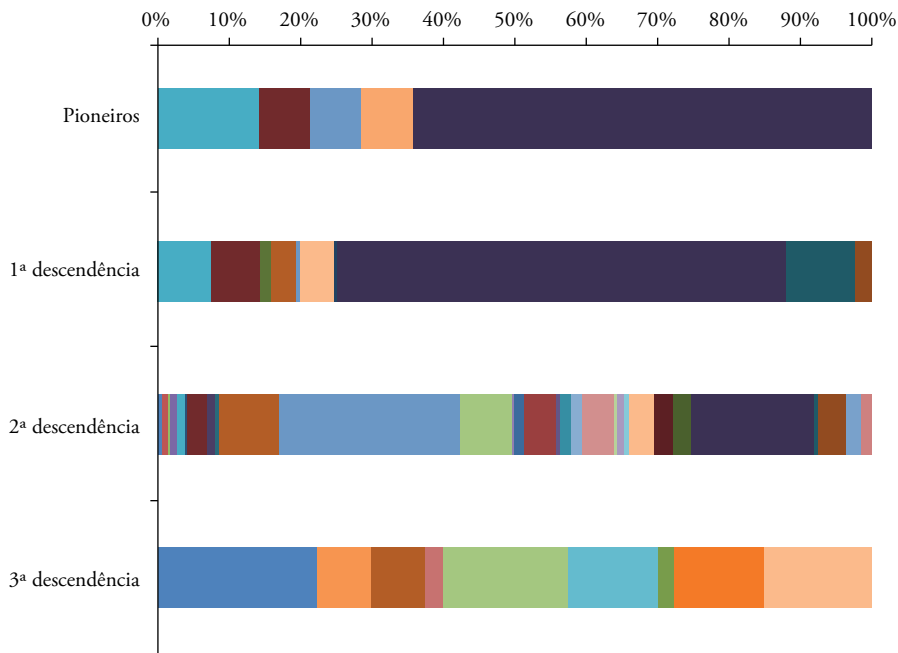
quase 60 pessoas, caindo um pouco nos dois últimos anos. Em relação às diferenças de gênero, interessante notar que desde 2010 o número de doutoras tem sido sempre superior ao número de doutores formados, apesar da pequena diferença encontrada por ano.

O Gráfico 10 apresenta as áreas de formação de cada linhagem, considerando-se a área do programa de pós-graduação onde foi defendido o doutorado. É importante enfatizar, antes de apresentar os dados relativos à formação das linhagens e suas respectivas descendências, que em todas elas há pesquisadores que estão formando novos pesquisadores e, portanto, os números aqui apresentados constituem mais uma fotografia de como se apresenta, nesse momento, cada uma das descendências no que se refere às áreas de formação, o que certamente irá se alterar com o passar do tempo, com a formação de novos pesquisadores. Com relação à origem das linhagens, percebe-se predominância da área de sociologia na formação, representando nove dos 14 pioneiros, seguida pela antropo-

**Gráfico 9 – Distribuição dos indivíduos por ano de formação e gênero.**



**Gráfico 10 – Campo de formação das descendências (total).**



- Administração
- Administração Pública
- Antropologia | Antropologia Social
- Ciência da Informação
- Ciência Política e Sociologia
- Ciências do Ambiente
- Ciências Sociais
- Educação
- Estudos Comparados sobre as Américas
- Geografia
- Letras e Ciências Humanas Inter-Humanitas
- Política Internacional
- Política Social e Direitos Humanos
- Políticas Públicas e Transformação Social
- Relações Internacionais
- Saúde da Criança e do Adolescente
- Sociedade e Cultura na Amazônia
- Sociologia e Antropologia
- Sustentabilidade na Amazônia
- Administração de Empresas
- Agronomia Tropical
- Artes Visuais
- Ciência Política
- Ciências Criminais
- Ciências Jurídicas e Sociais | Direito
- Desenvolvimento Regional e Urbano
- Engenharia de Produção
- Estudos Políticos
- História | História Social
- Planejamento Urbano e Regional
- Política Social
- Políticas Públicas
- Psicologia
- Saúde Coletiva
- Saúde Pública
- Sociologia
- Sociologia e Política | Sociologia política
- Urbanismo

logia, com dois pesquisadores, e pelas áreas de ciência política, ciências sociais e estudos políticos, cada uma com um pesquisador. Na primeira descendência, de um total de 251 pesquisadores, a sociologia mantém-se como área predominante de formação, correspondendo a 158 pesquisadores, seguida pela área de sociologia e antropologia, com 24; pela antropologia, com 18; e pela ciência política, com 17. Um dos debates que perpassam alguns dos balanços analisados neste artigo se deve à representatividade da área do direito na formação dos pesquisadores e os possíveis desdobramentos da inserção dessa e mesmo de outras áreas na composição desse campo de estudos. Pelo levantamento realizado, já na primeira descendência são formados os primeiros pesquisadores na área do direito e das ciências jurídicas e sociais, com 13 pesquisadores, correspondendo a 5% dos pesquisadores dessa geração, um percentual ainda baixo se comparado à formação na área das ciências sociais. Cabe ainda um destaque para o surgimento da área de saúde coletiva, com 12 pesquisadores formados e, em área afim, um pesquisador na área de saúde da criança e do adolescente. Na segunda descendência, observa-se expressiva ampliação dos campos de formação dos pesquisadores, incorporando outras áreas para além das já mencionadas saúde coletiva, ciências sociais aplicadas, ciências humanas e, nessas temáticas, uma ampla diversificação das áreas, tais como história, geografia, psicologia, educação, entre outras. Com relação às áreas mais expressivas, observa-se que as ciências sociais aparecem como área predominante, com 72 pesquisadores formados; seguida pela sociologia que, até então, ocupava a primeira posição; e, em

terceiro, agrupando-se as áreas de direito, com 15 pesquisadores, ciências jurídicas e sociais, com nove, e ciências criminais, com três, temos 27 pesquisadores, ampliando para quase 10% a formação em direito nessa descendência, de um total de 286 pesquisadores formados. Pela primeira vez aparece a área da educação, que ocupa a quarta posição, com 21 pesquisadores. Em quinto lugar, temos as áreas da saúde coletiva, com dez pesquisadores, e da saúde pública, com oito que, juntas, totalizam 18 pesquisadores. Cabe mencionar ainda, a título de maior detalhamento, outras áreas novas que surgem a partir da segunda descendência, tais como história e história social, com 13 pesquisadores; políticas públicas, também com 13 pesquisadores; urbanismo e planejamento urbano, com cinco; administração e administração de empresas, com quatro; geografia, com quatro; e, por fim, duas áreas de programas de pós-graduação do Amazonas: Sustentabilidade na Amazônia, com seis pesquisadores, e Sociedade e Cultura na Amazônia, com sete pesquisadores. Com relação à quarta geração, que apresenta ainda um número baixo de doutorados concluídos, se a compararmos às demais descendências – levando-se em consideração o fator temporal e os diferentes períodos das defesas<sup>7</sup> –, observamos que, até esse momento, as áreas de formação com números mais expressivos são a administração, com nove pesquisadores, e a educação, com sete, seguidas pela saúde coletiva, com seis; estudos comparados sobre as américas, com cinco; e política social, também com cinco pesquisadores. As áreas de direito e artes visuais aparecem com três pesquisadores cada uma. Mesmo considerando que seria precoce

7 É importante considerar que há períodos distintos de defesa em cada descendência e, especificamente em relação à terceira descendência, percebe-se que há concentração das defesas dos trabalhos nos anos mais recentes: dos 40 doutorados concluídos, dez deles foram até 2012 e trinta, nos últimos seis anos.

qualquer consideração mais conclusiva acerca dessa descendência, sobretudo pelo ainda baixo número de concluintes, é interessante observar que as áreas que despontam nesse grupo são aquelas que, até então, não tinham tanta representatividade ou mesmo que, historicamente, tiveram pouco peso na formação das demais descendências.

A análise das áreas de formação ao longo das quatro gerações possibilita identificar alguns movimentos interessantes. Em primeiro lugar, chama a atenção uma maior diversificação das áreas de formação ao longo das descendências acadêmicas, o que se torna mais expressivo na segunda. A sociologia constituiu-se como área predominante de formação entre os pioneiros e na primeira descendência, correspondendo, respectivamente, a 64,3 e 62,9%. Na segunda, torna-se mais expressiva a formação em ciências sociais, com percentual de 25,2% da formação nesse grupo, enquanto a sociologia passa para 17,1%. A antropologia, que correspondia a 14,3% da formação dos pioneiros, passa para 7,6% na primeira descendência e 1% na segunda. Com relação à ciência política, ela representa 7,1% da formação dos pioneiros, passando para 6,8% na primeira descendência e 2,8% na segunda. Em balanço anterior, Rattón (2018) chamava atenção para os territórios temáticos e disciplinares a serem desbravados em novas pesquisas, exemplificando com a área da ciência política, que possuía uma produção menos pujante do que a Sociologia e a Antropologia. Nosso estudo possibilita identificar que há uma diminuição da

representatividade na formação não apenas da ciência política, como também da própria antropologia, que foram mais expressivas entre os pioneiros. Até o momento, nenhuma dessas áreas aparece como formação de pesquisadores na terceira descendência, que se destaca pela expressividade da grande área das ciências sociais aplicadas, com as áreas de administração e direito.<sup>8</sup>

Outro aspecto relevante a destacar com base no contraste dos dados apresentados anteriormente com o Gráfico 11 é que, se agruparmos as áreas dos cursos às grandes áreas do conhecimento, observaremos que as ciências humanas representam quase 80% da formação desses pesquisadores. Desdobrando a análise por descendência, é possível perceber não apenas a diversificação das áreas nas ciências humanas a partir da segunda descendência, como também o crescimento de outras áreas das ciências sociais aplicadas e das ciências da saúde. A saúde coletiva, por exemplo, surge na primeira descendência com 4,8% do total da formação nessa descendência, passando para 3,5% na segunda e para 15% na terceira. A administração aparece na segunda descendência, com 0,7% da produção nesse grupo, passando para 22,5% da formação na terceira descendência. Direito/ciências jurídicas e sociais aparecem na primeira descendência com 3,6% da formação nessa descendência, subindo para 8,4% na segunda e diminuindo para 7,5% na terceira. Como já mencionado, o número de concluintes na terceira descendência é ainda baixo se comparado às demais. Entretanto, é

---

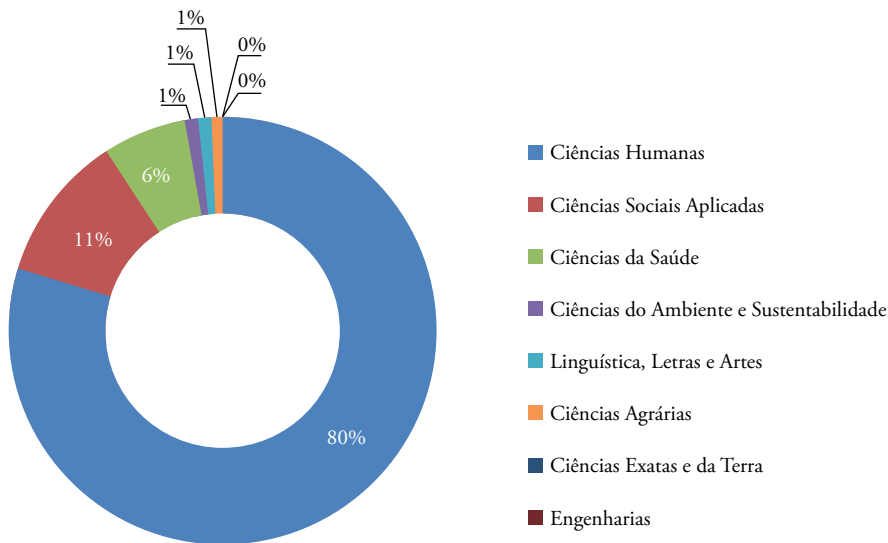
8 Cabe reiterar que, até o momento, a quarta geração de pesquisadores apresenta um número ainda bastante reduzido de concluintes. Por essa razão, os achados em relação a essa geração ainda figuram mais como possíveis pistas que podem ou não se confirmar ao longo do tempo e que demandarão outros estudos a fim de verificar a configuração desse grupo de pesquisadores. Nesse sentido, embora ela possa produzir uma certa distorção no nosso estudo em relação às demais gerações nesse momento, optamos por mantê-la no escopo dos nossos dados para evidenciar que, a partir dos pioneiros, na década de 1970, o campo de estudos em violência, crime e justiça criminal conseguiu formar até a quarta geração de pesquisadores.



interessante observar se esse crescimento das ciências sociais e aplicadas vai se constituir como tendência ao longo dos anos para todo o campo de estudos e não apenas para o recorte com base nos pioneiros e nos possíveis desdobramentos desse movimento na produção, no que se refere a objetos de pesquisa e perspectivas teórico-metodológicas, o que futuras análises poderão aprofundar. É possível considerar que essa diversificação das áreas de formação das novas descendências expressa também uma diversificação das instituições para onde vão os pesquisadores a partir da sua formação (orientandos dos pioneiros), tendo em vista que a continuidade da formação de recursos humanos a partir dessa descendência não necessariamente se dá onde esses pesquisadores se formaram. A seguir, no Gráfico 12, podemos visualizar essa distribuição também em cada descendência das linhagens, evidenciando essa diversificação maior a partir da segunda descendência.

O Gráfico 13 permite observar a distribuição das áreas de formação no total dos doutorados concluídos ao longo das linhagens. A sociologia desponta com o maior número absoluto de pesquisadores formados (216 do total de 591), correspondendo a 36,5% da formação, considerando-se os pioneiros e suas três descendências acadêmicas. Em segundo lugar, aparecem as ciências sociais, com 74 doutores (12,5% da formação), e, em terceiro, os cursos de ciências jurídicas e sociais e direito, com 36 pesquisadores (6,1% da formação). Na sequência, com 28 pesquisadores, estão as áreas da educação e da saúde coletiva que, se somadas à área de saúde pública, passam para 36 formados. Em quinto lugar, aparecem as áreas de ciência política e sociologia e antropologia, cada uma com 26 pesquisadores; a antropologia e a antropologia social, com 24 no total; e, ainda, a sociologia e política e a sociologia política, com 17 pesquisadores formados no total.

Gráfico 11 – Áreas dos programas.

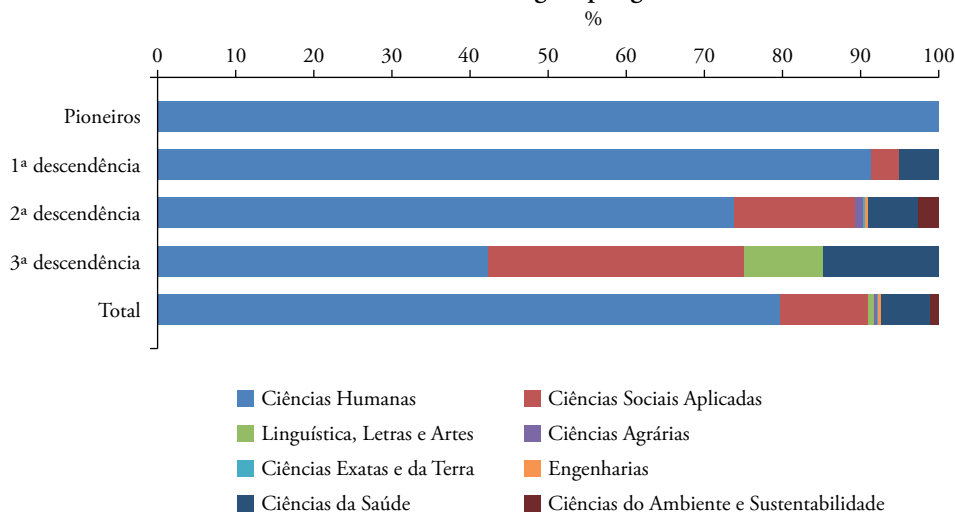


As demais áreas são numericamente menos expressivas; entretanto, ao considerarmos sua distribuição nas diferentes descendências, percebemos que, na terceira descendência, por exemplo, as áreas de administração, educação e saúde coletiva são as mais representativas da formação, até o momento. Os dados sobre áreas de formação corroboram outros balanços analisados que também identificam a predominância das Ciências Sociais na formação dos pesquisadores do campo da violência e do crime (Kant de Lima; Misse; Miranda, 2000; FBSP, 2009). No caso deste artigo, que tem como ponto de partida os pioneiros nos estudos sobre crime, violência e direitos humanos no Brasil, é importante considerar que todos são oriundos da área das ciências sociais, o que também contribui para explicar essa concentração.

Os próximos mapas apresentarão a distribuição dos países e dos estados da formação dos pesquisadores das diferentes linhagens e suas descendências.

Conforme indica nosso levantamento sintetizado na Figura 1, seis dos 14 pesquisadores considerados pioneiros nas temáticas da violência, crime e justiça criminal no Brasil tiveram suas formações, envolvendo graduação, mestrado e doutorado, realizadas no próprio país; outros quatro pioneiros tiveram parte de seus estudos realizados nos Estados Unidos; três, na Europa (França); e um, no Canadá, indicando uma diversidade no que diz respeito a preferências teóricas e metodológicas, bem como um notório cosmopolitismo nessa seara de pesquisa de análises no país. Dos pesquisadores que se formaram no Brasil, três o fizeram em São Paulo, na Universidade de São Paulo (USP), e três no Rio de Janeiro, no Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ). Nosso levantamento (Figura 2) demonstra que o Rio de Janeiro foi, de longe, o estado que mais formou pesquisadores da primeira descendência, apresentando um número pelo menos três vezes maior que São Paulo, o segundo colo-

**Gráfico 12 – Descendências acadêmicas das linhagens por grande área do conhecimento.**



**Gráfico 13 – Campo de formação das descendências acadêmicas das linhagens dos pioneiros (total).**

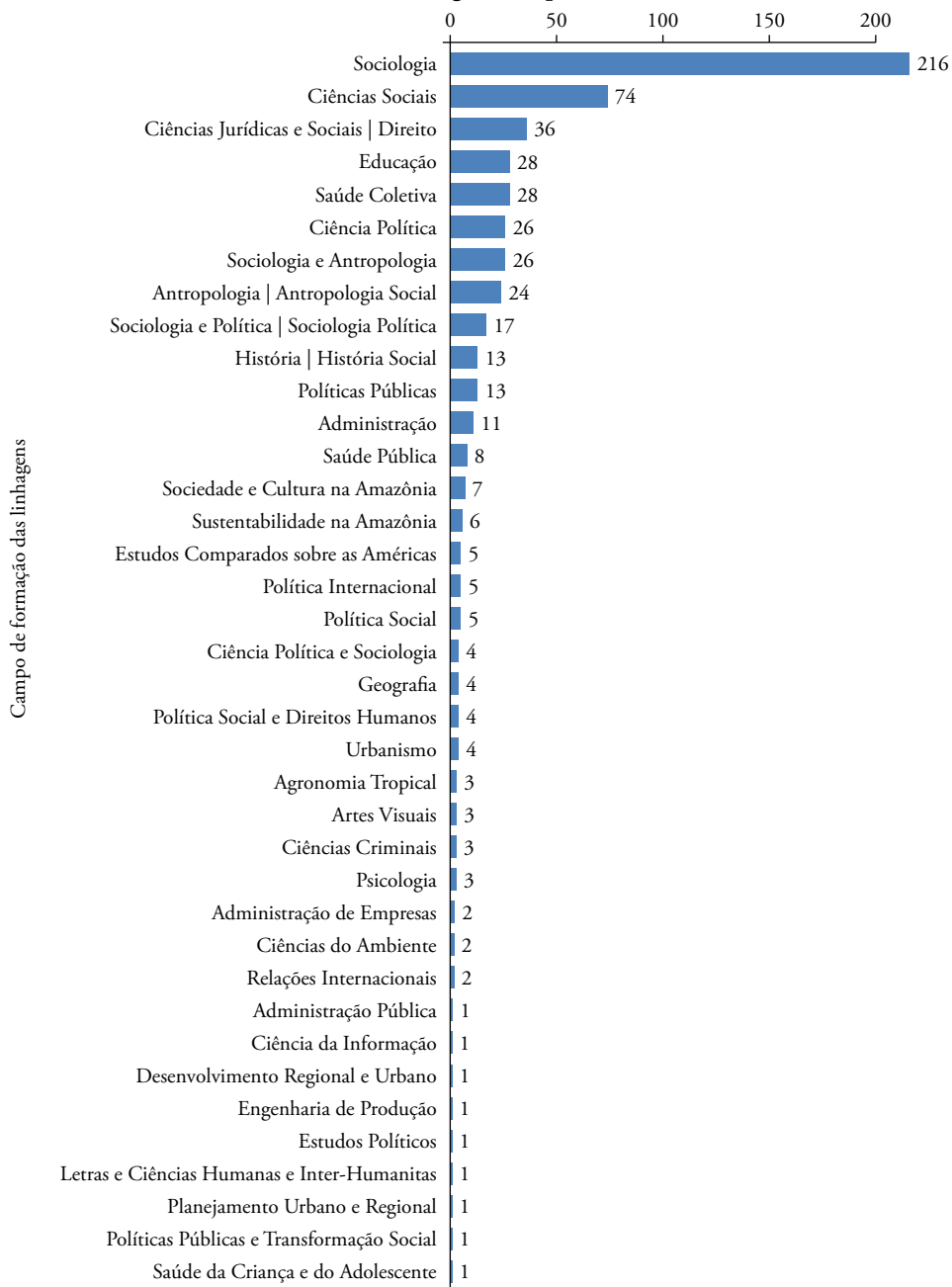


Figura 1 – Países de formação dos pioneiros.

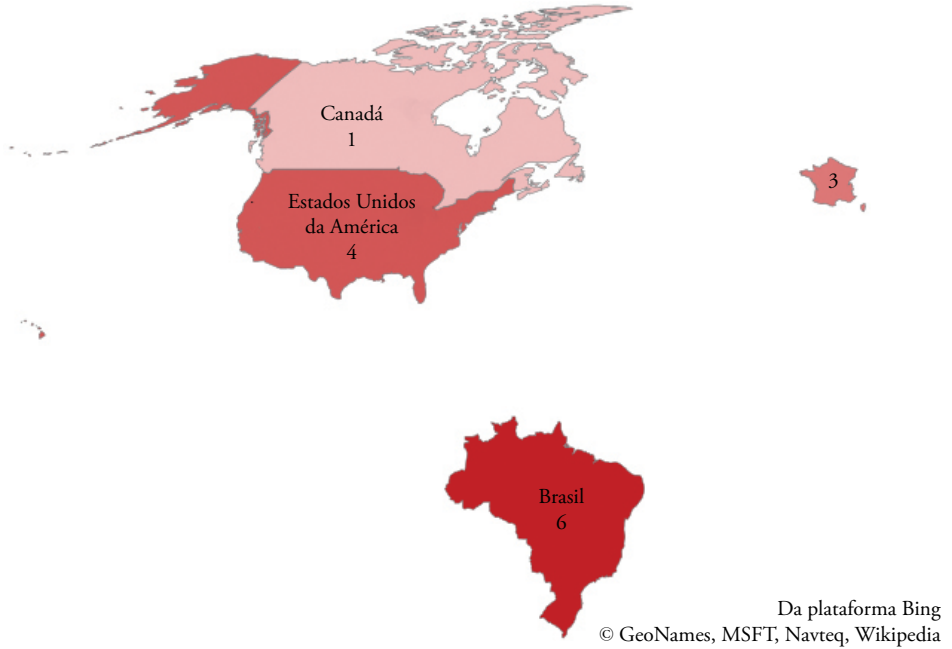
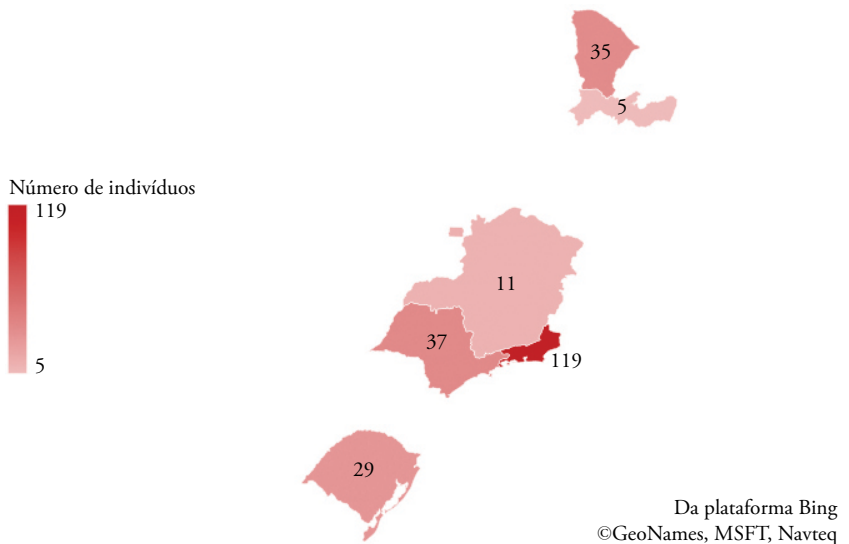


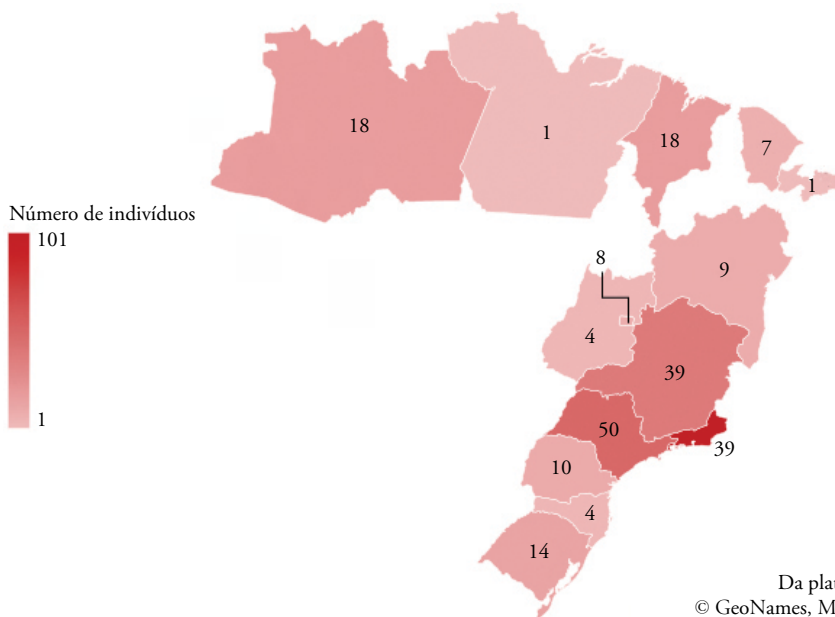
Figura 2 – Países de formação dos pesquisadores da primeira descendência acadêmica.



cado, com 37 doutores. O estado do Ceará ocupa a terceira colocação, tendo formado 35 pesquisadores da primeira descendência. Na quarta colocação, encontra-se o Rio Grande do Sul, com 29 pesquisadores; seguido de Brasília, com 12; Minas Gerais, com 11; e Pernambuco, com cinco. No período que corresponde à primeira descendência, três pesquisadores formaram-se fora do Brasil (um nos Estados Unidos, um na França e um na Itália). A posição ocupada pelo Rio de Janeiro parece ser explicada por ter sido uma das primeiras cidades onde a questão da violência passou a ser sentida como problema social, mobilizando análises de grande quantidade de pesquisadores – observamos que pelo menos cinco dos 13 pesquisadores identificados como pioneiros da Sociologia da Violência estiveram nessa cidade engajados, desde os anos de 1980, desenvolvendo pesquisas, mi-

nistrando cursos, atraindo, com isso, outros pesquisadores do Estado, de outros estados do país e até de outros países. No quadro referente à formação da segunda descendência de pesquisadores (Figura 3), o estado de São Paulo assume a primeira posição, tendo formado 50 pesquisadores. No Rio de Janeiro e em Minas Gerais, formaram-se 39; no Amazonas, 18; no Maranhão, também 18; no Rio Grande do Sul, 14; no Paraná, dez; e na Bahia, nove. No Distrito Federal, formaram-se oito pesquisadores; no Ceará, sete; em Goiás, quatro; em Santa Catarina, também quatro; e no Pará, um. Tratando-se de formações fora do país, um pesquisador teve formação na Alemanha (Leibniz) e outro na Espanha (Universitat Autònoma de Barcelona). Na segunda descendência, verifica-se aumento no número de estados que passam a formar pesquisadores, decerto por terem

Figura 3 – Países de formação dos pesquisadores da segunda descendência acadêmica.

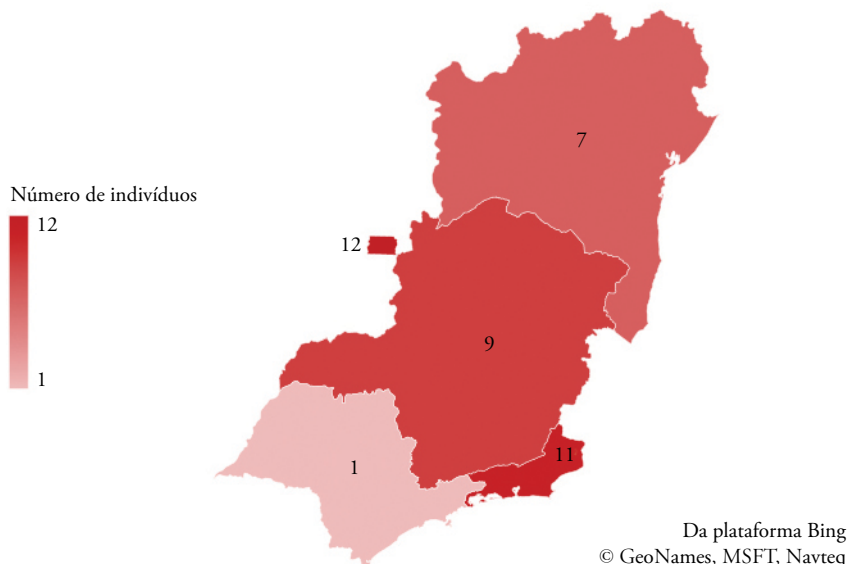


constituído ou fortalecido linhas de pesquisa referente à violência, crime e justiça criminal nos programas de pós-graduação desses estados – entre estes, o que mais se destacou foi Minas Gerais, que aparece na terceira posição, apresentando quase o quádruplo da quantidade de pesquisadores formados na primeira descendência. Tratando-se da terceira descendência de pesquisadores da violência, crime e justiça criminal (Figura 4), Brasília destaca-se e assume a primeira posição, tendo formado 12 pesquisadores; seguida pelo Rio de Janeiro, com 11; por Minas Gerais, com nove; pela Bahia, com sete; e por São Paulo, com um.

Na primeira e na terceira descendência de pesquisadores, o Rio de Janeiro aparece como o principal local de formação, e na segunda descendência, em segundo lugar, atrás de São Paulo. Já na primeira geração de pesquisadores constituída dos pioneiros, observamos quatro deles atuando no Rio de Janeiro em universi-

dades e institutos de pesquisa, fator relevante para atrair grande quantidade de estudantes para seus cursos, laboratórios e orientações acadêmicas, movimento que tem se mantido e intensificado nas descendências seguintes. Outro Estado de destaque que também figura em posições importantes em todas as descendências como um centro de formação de pesquisadores é São Paulo. Estados como Minas Gerais, Ceará, Rio Grande do Sul, Pernambuco e Distrito Federal também têm ganhado protagonismo na primeira descendência ou nas descendências seguintes de pesquisadores, geralmente decorrente da constituição de grupos e laboratórios de pesquisa nas universidades locais que vêm ganhando relevância nacional. No que diz respeito às formações fora do Brasil, instituições acadêmicas localizadas na Europa e nos Estados Unidos têm sido as mais procuradas por pesquisadores das linhas da temática em pauta.

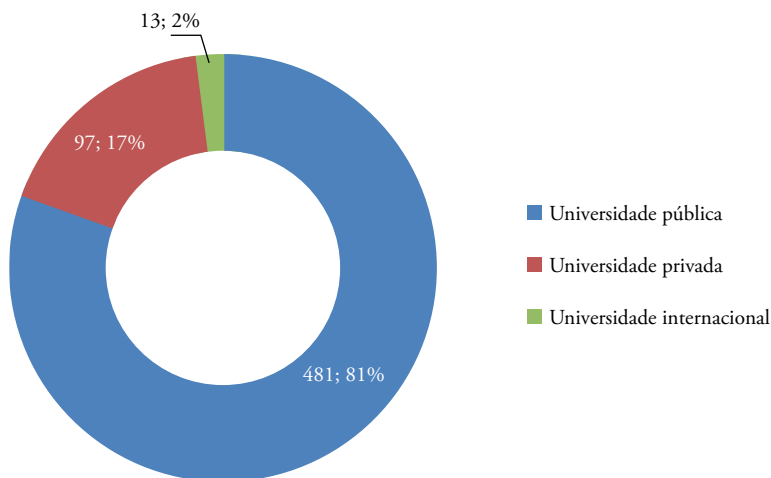
Figura 4 – Países de formação dos pesquisadores da terceira descendência acadêmica.



Quando analisamos o perfil das universidades que formam toda essa rede de pesquisadores doutores em violência, crime e justiça criminal no Brasil, percebemos a importância da universidade pública brasileira, responsável pela formação de mais de 80% dos titulados. A formação em universidades privadas atinge apenas 16% do universo da pesquisa, enquanto universidades internacionais foram responsáveis pela titulação de 13% dos doutores, entre eles, a maior parte dos pioneiros (Gráfico 14). São as universidades públicas estaduais (USP e Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ) e federais (Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ), seguidas pelo antigo IUPERJ,<sup>9</sup> da região Sudeste, as que mais formaram doutores em violência, crime e justiça criminal no Brasil até o momento. Em segundo lugar, estão outras universidades federais do Sudeste (Uni-

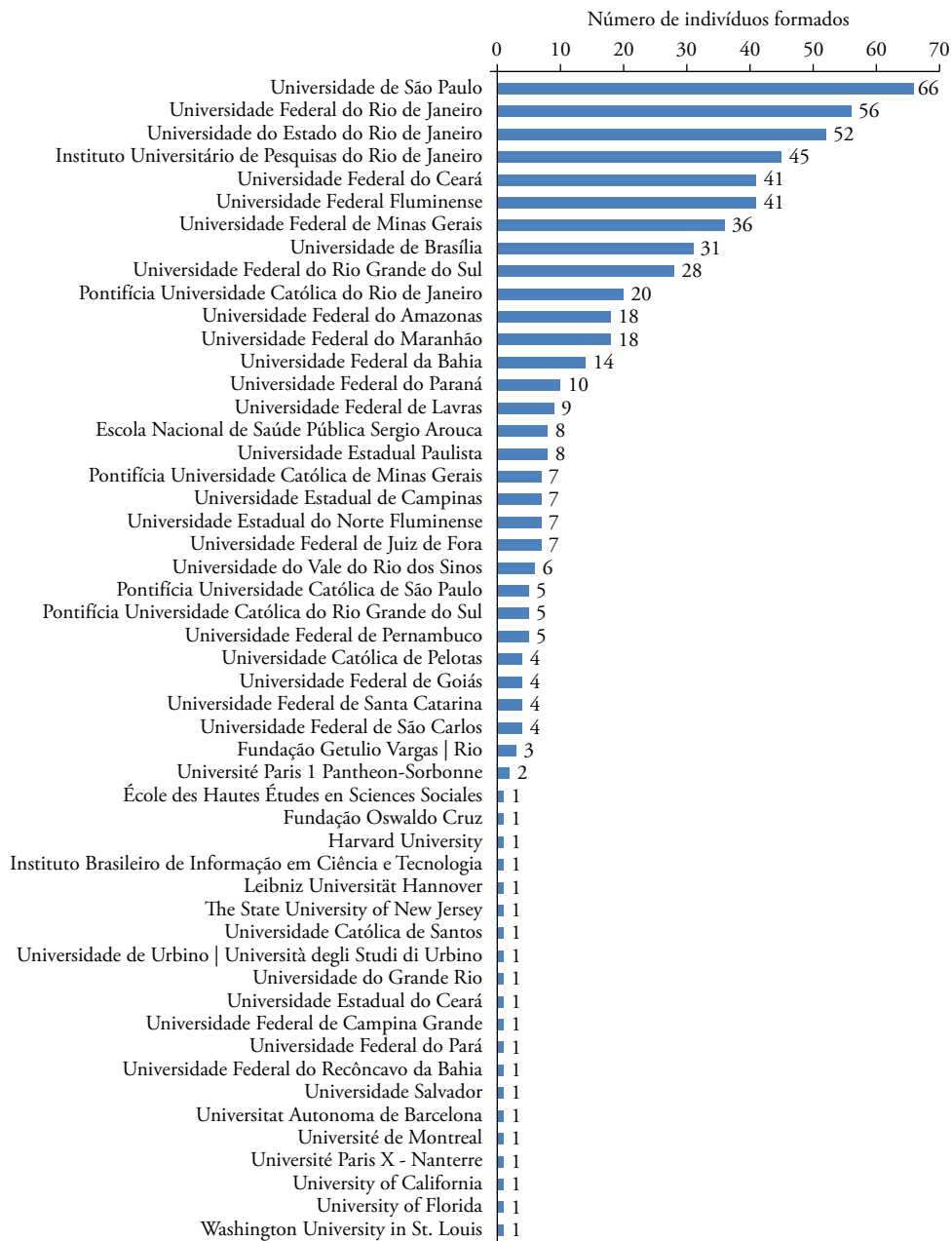
versidade Federal de Minas Gerais – UFMG e Universidade Federal Fluminense – UFF) e do Ceará (Universidade Federal do Ceará – UFC), do Distrito Federal (Universidade de Brasília – UnB) e do Rio Grande do Sul (Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS). Posteriormente, outras universidades federais de outros Estados (Maranhão, Amazonas, Bahia) aparecem na formação de doutores, além de universidades privadas, como as Pontifícias Universidades Católicas (PUCs). Entre as universidades internacionais, encontramos três universidades estadunidenses (University of California, University of Florida e Washington University in St. Louis), duas francesas (Université Paris 1 Panthéon-Sorbonne e Université Paris X – Nanterre), uma canadense (Université de Montreal) e uma espanhola (Universitat Autònoma de Barcelona) (Gráfico 15).

**Gráfico 14 – Tipos de instituição de formação (total).**



<sup>9</sup> O antigo IUPERJ foi considerado uma instituição privada até 2010, quando passou a integrar a UERJ. Destaque para o fato de que, do total de 97 indivíduos formados em instituições privadas, 45 correspondem ao antigo IUPERJ, o que representa 46,4% da formação em instituições de ensino Superior (IES) privadas.

Gráfico 15 – Instituições de formação dos indivíduos das linhagens\*.



\*O número total corresponde aos indivíduos formados por IES, não detalhando os PPGs de cada instituição. O Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP) formou três pesquisadores: um em Sociologia e dois em Ciência Política.



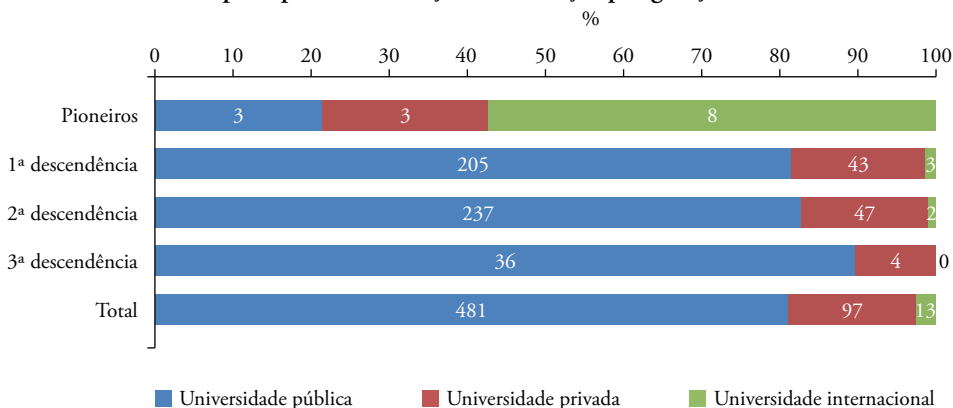
A análise do tipo de instituição de formação por linhagem revela esse quadro de pioneiros cujo doutoramento foi feito, em sua maioria, em universidades internacionais, sendo igual o número de pioneiros com doutorado em universidades públicas ou universidades privadas no Brasil. A primeira e segunda descendências de linhagens tiveram a formação prioritariamente em universidades públicas, caindo a um número quase inexistente – o que efetivamente acontece na quarta geração – o doutoramento em universidades internacionais. Nessa última descendência, o número de doutores formados é sete vezes menor, mantendo-se as diferenças entre universidades públicas e universidades privadas (Gráfico 16). O Gráfico 17 ilustra bem esse quadro por universidade, estando a geração dos pioneiros representada nas universidades internacionais; a primeira descendência, nas universidades públicas e estaduais do Sudeste e de estados como Brasília, Ceará, Pernambuco e Rio Grande do Sul; e a segunda descendência, nas universidades públicas de todos os Estados, em importantes

universidades privadas do Sudeste e do Rio Grande do Sul.

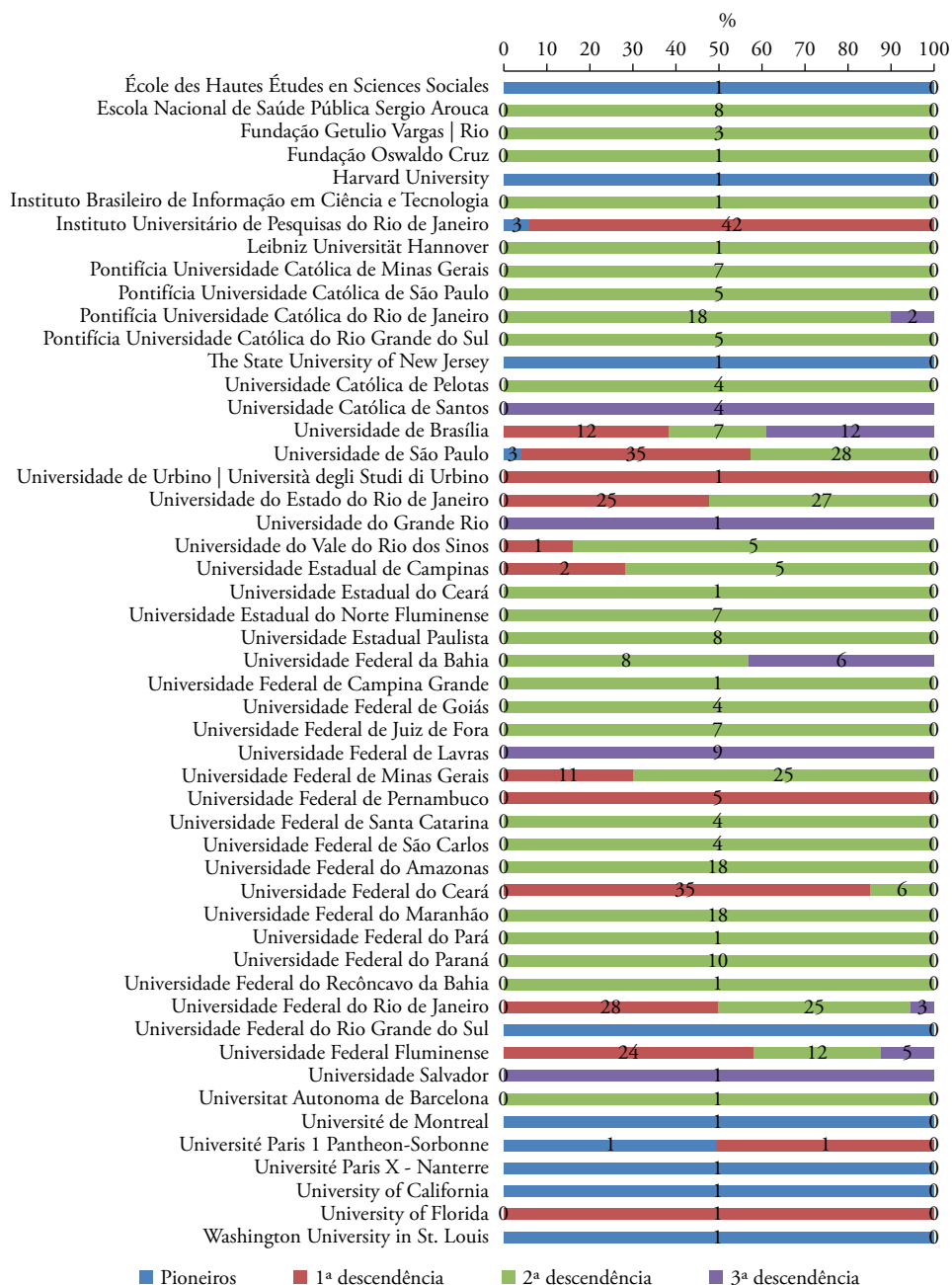
O tipo de instituição onde esses pesquisadores se formaram reflete aspectos e movimentos importantes da própria constituição e institucionalização das Ciências Sociais no Brasil. A formação dos pioneiros do campo de estudos da violência, crime e justiça criminal no país se insere no período, identificado por Héglio Trindade (2012, p. 17), da expansão das ciências sociais em decorrência do desenvolvimento da pós-graduação e da pesquisa nas universidades públicas, com a criação das principais associações científicas da área, como a Anpocs, fundada em 1977. Da mesma forma, o autor identifica:

Houve um incremento na internacionalização das diversas áreas das ciências sociais, na medida em que as agências de fomento, a partir da década de 1970-1980, expandiram suas políticas associadas à pós-graduação com a concessão de bolsas no exterior (mestrado, doutorado e pós-doutorado), além dos apoios da Fundação Ford, durante

**Gráfico 16 – Número de indivíduos formados por tipos de instituição de formação por geração.**



**Gráfico 17 – Instituições de formação e descendência  
(total de indivíduos titulados por universidade).**



a ditadura militar, para o desenvolvimento da ciência política e da antropologia social (Trindade, 2012, p. 27).

Isso se expressa pelo fato de que a participação internacional na formação desses pesquisadores tem peso muito maior naquelas da geração dos pioneiros, que fazem seus doutoramentos fora do Brasil, o que acaba influenciando fortemente os próprios debates e referenciais teórico-metodológicos que são mobilizados pelos pioneiros e se tornam constitutivos desse campo de estudos no país. A influência da criminologia na formação de alguns dos pioneiros constitui um bom exemplo desse movimento, que podemos identificar nas trajetórias reconstruídas na obra de Lima e Ratton (2011). No livro, muitos pioneiros relatam o contato que tiveram com os debates criminológicos nas diferentes universidades internacionais onde se formaram e como isso impactou na constituição desse campo no país. Se, por um lado, a internacionalização é um fenômeno mais preponderante na origem das linhagens, é também interessante perceber o movimento de ampliação das universidades em âmbito nacional verificado na segunda descendência de formação acadêmica. Esse movimento pode estar relacionado ao contexto de políticas governamentais iniciado em 2003 com o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), que teve como principal objetivo ampliar o acesso e a permanência na educação superior no Brasil.

### **Considerações finais**

O artigo buscou, com base em duas diferentes estratégias, reconstituir a trajetória do campo de estudos em violência, crime e jus-

tiça criminal no Brasil. Primeiramente, analisamos o estado da arte dessa literatura por meio da síntese de todos os balanços realizados ao longo da história da área. A segunda estratégia foi mapear as redes de descendência acadêmica criadas com base nos pesquisadores “pioneiros” (Lima; Ratton, 2011) em suas relações de orientação ao longo de 40 anos.

A literatura que reflete a produção da área da violência, crime e justiça criminal demonstra que se trata de um campo de estudos muito ativo – no que se refere a uma crescente produção de artigos, livros, teses e dissertações – e também bastante reflexivo, em função dos balanços e revisões já realizados, que contemplam desde a constituição dos primeiros estudos sobre o tema, na década de 1970, até os anos mais recentes.

Um aspecto importante a se destacar em relação aos balanços da área é a recorrência de alguns temas ao longo desses mais de 40 anos desde o surgimento dos primeiros estudos, revelando uma continuidade nos padrões de atuação e gestão de um Estado autoritário em contexto democrático. Para ilustrar: em 1993, Adorno concluía seu texto retomando o argumento de Antônio Luiz Paixão, de 1988, de que “o nexó entre políticas públicas de segurança e justiça e a institucionalização da democracia repousa na legalidade enquanto fundamento da ordem social” (Adorno, 1993, p. 8), expressando a importância do respeito às garantias legais, aos direitos humanos, como forma de fortalecer o Estado Democrático de Direito que, naquele contexto (1988), constituía-se. Desde então, temas como autoritarismo, seletividade penal, discricionariedade e violência policial, desigualdades no acesso à justiça com base em marcadores de classe, raça, gênero, sexualidades e violações de direitos humanos nas prisões são recorrentes e parecem ganhar ainda mais fôlego no contexto atual.

A constante consideração do Estado, cuja função precípua como promotor de políticas públicas de segurança inúmeras vezes é substituída por uma atuação autoritária, perpetradora de violência, marcante em diferentes e recorrentes períodos da história brasileira, é uma triste chave de leitura que parece não nos abandonar. Esse tema revela-se um dos principais desafios não apenas a esse campo de estudos, mas às políticas públicas, às instituições da justiça criminal e seus gestores, que precisam pensar no autoritarismo como um *continuum* em todo esse período histórico.

A transformação da agenda de pesquisa desse campo perpassa desde a análise de práticas criminosas e perfil dos atores perpetradores de violência e instituições de controle do crime, dos órgãos do sistema de justiça como polícia, justiça e prisões, passando por uma diversificação com a inclusão de temas sobre violências relacionadas a grupos em situação de vulnerabilidade social, bem como destacando o papel de políticas públicas como objeto e área de pesquisa, em muito sob o conceito de segurança cidadã.

A análise das linhagens com base nos pioneiros nos estudos sobre violência, crime e justiça criminal no Brasil relevou um total de 591 pesquisadores que estão distribuídos em quatro gerações – considerando-se os pioneiros a origem das linhagens –, mostrando o significativo potencial de formação de novas descendências de pesquisadores e a sua importância na constituição e na consolidação desse campo de saber. A origem das linhagens constituiu-se, então, dos 14 pesquisadores pioneiros; a primeira descendência, dos seus orientandos (251 pesquisadores); a segunda descendência, dos orientandos da primeira (286 doutores); e, por fim, a terceira descendência, com 40 pesquisadores.

As descendências vão se compondo com base em temporalidades muito diferentes,

que têm a ver com vários fatores, tais como a trajetória dos pesquisadores, o período que separa a defesa da tese de Doutorado e o início da orientação de novos doutores. É possível identificar a longevidade da linhagem formada com base na orientação do professor Luiz Antônio Machado da Silva, cujas orientações começam no início dos anos 1980 e perduram até hoje. Uma possível correspondência entre a formação desses doutores e a produção bibliográfica descrita pelos diferentes balanços revela o mesmo *boom* ocorrido entre a produção de doutores e de publicações a partir dos anos 2000, conforme Campos e Alvarez (2017).

Em relação às questões de gênero, o número de mulheres doutoras quase se iguala ao de doutores na primeira descendência e supera o de pesquisadores na segunda e na terceira descendência, bem como no total, que corresponde a 51% (307 doutoras e 284 doutores). Outro dado que foi possível identificar é que desde 2010 o número de mulheres se mantém superior ao de homens. Esse tema abre diversas possibilidades de aprofundamento. A distribuição de gênero desse campo de produção também expressa certa correspondência com a composição de gênero na pós-graduação no Brasil, em que as mulheres são maioria. De acordo com a CAPES, os dados de 2016 apontam o total de 165.564 mulheres matriculadas e tituladas em cursos de mestrado e doutorado, enquanto os homens somam 138.462. Por outro lado, há uma distribuição bastante desigual no tocante às áreas e aos cursos que frequentam, o que demandaria uma correlação da proporção de gênero nas diferentes áreas do conhecimento com aquelas que se mostram mais representativas nesse campo de estudos, que são as ciências humanas, ou, ainda, a possibilidade de aprofundar se há diferenças nas temáticas trabalhadas com base nesse marcador.

Outro aspecto importante a considerar é a própria inauguração dos estudos de gênero na área, a partir da década de 1980, que, entre diversos temas, começam também a analisar não apenas os fenômenos da violência de gênero, mas as experiências e as iniciativas de enfrentamento à violência que passam a ser criadas naquele contexto, tais como o SOS Mulher (Gregori, 1993), as Delegacias de Defesa da Mulher (Santos, 1999; 2005; Brandão, 1998; Goldberg, 1985; Grossi, 1988) ou mesmo os estudos pioneiros sobre o sistema de justiça, tais como os de Mariza Corrêa (1981; 1983), Ardaillon e Debert (1987), Pasinato (1998), entre outros. Uma possibilidade, nesse caso, seria a análise das temáticas dos trabalhos, desde os pioneiros, de modo a compreender as possíveis influências dos estudos de gênero na distribuição de gênero dos pesquisadores.

Com relação às áreas de formação, deve-se destacar que, tendo nosso ponto de partida nos pioneiros e que todos são oriundos das ciências humanas, constitui por si só um elemento determinante também na formação das gerações subsequentes. Os dados que levantamos mostram que quase 80% dessa formação (considerando-se todas as descendências) se concentra na área das ciências humanas. Entretanto, quando desdobramos por gerações, podemos identificar alguns movimentos nessa grande área do conhecimento. Entre os pioneiros e a primeira descendência, a formação fica mais concentrada nas ciências sociais (com predominância da sociologia, depois antropologia e ciência política), e, na segunda descendência, há uma expressiva ampliação, seja no interior das ciências humanas, seja em outras áreas, tais como ciências sociais aplicadas e ciências da saúde. Essa diversificação das áreas de formação das novas gerações expressa também uma diversificação das instituições para onde

vão os pesquisadores a partir da primeira descendência, tendo em vista que a continuidade da formação de recursos humanos a partir dos pioneiros não necessariamente se dá onde esses pesquisadores se formaram.

Para além dessa marca estrutural, os balanços e a análise das linhagens permitem sintetizar outros aspectos marcantes da produção (ou de sua carência) na área. Entre eles, chama a atenção, com base na leitura de todos os balanços da área até o momento, que há relativamente poucos estudos que analisam a categoria raça ou a relação entre a violência e os processos de racialização, o que é bastante intrigante tendo em vista a configuração dos fenômenos de violência letal no Brasil, bem como o racismo societal e institucional que historicamente se perpetua no país. Acreditamos que se os balanços não avançam devidamente nessa temática, a estratégia de análise das linhagens pode suscitar uma hipótese que precisa ser melhor explorada em outros estudos e/ou balanços: o fato de que essa invisibilidade também pode estar relacionada ao marcador raça dos próprios pesquisadores ou, ainda, que o debate racial nesses estudos possa emergir com base em outros recortes que não aquele que parte dos pioneiros.

Os balanços demonstram também a centralidade das publicações oriundas da Região Sudeste do país (São Paulo e Rio de Janeiro) – estados em que se concentram geralmente as revistas mais bem avaliadas, com a conseqüente reprodução de citações produzidas nas revistas de pesquisa. As escolhas metodológicas dos balanços anteriores também têm essa característica. Nossa estratégia de análise das linhagens permite conhecer e compreender, por um lado, que a maior representatividade e circulação decorre da concentração de pesquisadores. No entanto, é preciso considerar as mudanças mais re-

centes que tornam as temáticas, as publicações e os pesquisadores oriundos das outras regiões responsáveis pela diversificação desse campo de estudos. É interessante perceber, por exemplo, que ocorre uma diversificação maior de áreas de formação a partir da segunda descendência, fenômeno que pode ou não se manter no caso da terceira descendência. Essa diversificação parece-nos também bastante relacionada ao próprio processo de expansão das universidades pelo REUNI, que propiciou a expansão de vagas e a criação de novas universidades e cursos, algo que pode ser mais bem explorado em estudos futuros. Entre as distintas áreas que compõem

o campo de estudos em violência, crime e justiça criminal, é relevante perceber maior diversificação das áreas a partir da segunda descendência, com maior participação das ciências sociais aplicadas, indicando a inserção dos novos pesquisadores. Observa-se esse movimento no campo também com base nos recortes temáticos e nas abordagens teórico-metodológicas utilizadas. Uma grande preocupação com políticas públicas, evidenciada de maneira recorrente pelos balanços e pela presença de cursos do campo de políticas públicas, pode explicar essa diversificação e contribuir com uma maior aplicação dos achados acadêmicos.

## BIBLIOGRAFIA

- ADORNO, S. A criminalidade urbana violenta no Brasil: um recorte temático. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, n. 35, p. 3-24, 1993.
- AQUINO, J. P. D.; HIRATA, D. Inserções etnográficas ao universo do crime: algumas considerações sobre pesquisas realizadas no Brasil entre 2000 e 2017. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, São Paulo, n. 84, p. 107-147, 2018. <http://doi.org/10.17666/bib8404/2018>
- ARDAILLON, D.; DEBERT, G. G. **Quando a vítima é mulher: Análise de julgamentos de crimes de estupro, espancamento e homicídios**. Brasília: CNDM, 1987.
- AZEVEDO, R. G. de; SINHORETTO, J. O sistema de justiça criminal na perspectiva da antropologia e da sociologia. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, São Paulo, n. 84, p. 188-215, 2018. <http://doi.org/10.17666/bib8406/2018>
- BARREIRA, C.; ADORNO S. A Violência na Sociedade Brasileira. In: MARTINS, C. B.; MARTINS, H. T. S. **Horizontes das Ciências Sociais no Brasil: Sociologia**. São Paulo: ANPOCS, 2010.
- BRANDÃO, E. R. Violência conjugal e o recurso feminino à polícia. In: BRUSCHINI, C.; HOLANDA, H. B. (orgs.). **Horizontes plurais: novos estudos de gênero no Brasil**. São Paulo: 34, 1998. p. 51-84.
- BRANDÃO, G. M. **Linhagens do pensamento político brasileiro**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2010.
- CAMPOS, M. S.; ALVAREZ, M. C. Políticas públicas de segurança, violência e punição no Brasil (2000-2016). In: MICELI, S.; MARTINS, C. B. (orgs.). **Sociologia brasileira hoje**. São Paulo: Ateliê, 2017. p. 143-217.
- COSTA, A. T. M.; LIMA, R. S. Estatísticas oficiais, violência e crime no Brasil. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, São Paulo, n. 84, p. 81-106, 2018. <http://doi.org/10.17666/bib8403/2018>
- CORRÊA, M. Do feminismo aos estudos de gênero no Brasil: um exemplo pessoal. **Cadernos Pagu**, n. 16, p. 13-30, 2001.

- CORRÊA, M. **Morte em família**: Representação jurídica de papéis sociais. São Paulo: Graal, 1983.
- CORRÊA, M. **Os crimes da paixão**. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Mapeamento das conexões teóricas e metodológicas da produção acadêmica brasileira em torno dos temas da violência e da segurança pública e as suas relações com as políticas públicas da área adotadas nas duas últimas décadas (1990-2000). São Paulo: Fapesp, 2009.
- GOLDBERG, M. A. A. **Violência contra a mulher**. São Paulo: Comissão de Violência do Conselho Estadual da Condição Feminina, 1985.
- GREGORI, M. F. **Cenas e Queixas**: Um Estudo sobre Mulheres, Relações Violentas e a Prática Feminista. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- GROSSI, M. P. **Discours sur les femmes battues: représentations de la violence sur les femmes au Rio Grande do Sul**. Tese (Doutorado) – Universidade de Paris V, Paris, 1988.
- HEILBORN, M. L.; SORJ, B. Estudos de gênero no Brasil. In: MICELI, S. (org.). **O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)**. São Paulo: Sumaré, 1999. p. 183-221.
- IMBUSCH, P.; MISSE, M.; CARRIÓN, F. Violence Research in Latin America and the Caribbean: a Literature Review. **International Journal of Conflict and Violence**, v. 5, n. 1, p. 87-154, 2011.
- KANT DE LIMA, R.; MISSE, M.; MIRANDA, A. P. M. Violência, criminalidade, segurança pública e justiça criminal no Brasil: uma bibliografia. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, n. 50, p. 45-123, 2000.
- LIMA, R. S.; RATTON, J. L. **As ciências sociais e os pioneiros nos estudos sobre crime, violência e direitos humanos no Brasil**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública; Urbania; Anpocs, 2011.
- LIMA, R. S. de; RATTON, J. L.; AZEVEDO, R. G. de. **Crime, Polícia e Justiça no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2014.
- LOURENÇO, L. C.; ALVAREZ, M. C. Estudos sobre prisão: um balanço do estado da arte nas ciências sociais nos últimos vinte anos no Brasil. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, São Paulo, n. 84, p. 216-236, 2018. <http://doi.org/10.17666/bib8407/2018>
- MUNIZ, J.; CARUSO, H.; FREITAS, F. Os estudos policiais nas ciências sociais: um balanço sobre a produção brasileira a partir dos anos 2000. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, São Paulo, n. 84, p. 148-187, 2018.
- PASINATO, W. **Justiça e violência contra a mulher**: o papel do sistema judiciário na solução dos conflitos de gênero. São Paulo: Annablume: FAPESP, 1998.
- PASSIANI, Ê. Figuras do intelectual: gênese e devir. **Sociologias**, v. 20, n. 47, p. 16-47, jan.-abr. 2018. <https://doi.org/10.1590/15174522-020004701>
- RATTON, J. L. Crime, polícia e sistema de justiça no Brasil contemporâneo: uma cartografia (incompleta) dos consensos e dissensos da produção recente das Ciências Sociais. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, São Paulo, n. 84, p. 5-12, 2018. <https://doi.org/10.17666/bib8401/2018>
- REVISTA BRASILEIRA DE INFORMAÇÃO BIBLIOGRÁFICA EM CIÊNCIAS SOCIAIS/ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS, São Paulo, n. 84, 2017.
- RIBEIRO, L.; TEIXEIRA, A. N. O calcanhar de Aquiles dos estudos sobre crime, violência e dinâmica criminal. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, São Paulo, n. 84, p. 13-80, 2018. <https://doi.org/10.17666/bib8402/2018>

- SALLA, F. A pesquisa sobre prisões: um balanço preliminar. *In*: KOERNER, A. (org.). **História da justiça penal no Brasil**: pesquisas e análises. São Paulo: IBCrim, 2006. p. 107-128.
- SANTOS, C. M. D. Cidadania de gênero contraditória: queixas, crimes e direitos na Delegacia da Mulher em São Paulo. *In*: AMARAL JÚNIOR, A.; PERRONE-MOISÉS, C. (orgs.). **O cinquentenário da Declaração Universal dos Direitos do Homem**. São Paulo: Edusp, 1999. p. 315-352.
- SANTOS, C. M. D. **Women's Police Stations**: Gender, Violence, and Justice in São Paulo, Brazil. Nova York: Palgrave MacMillan, 2005.
- SANTOS, J. V. T.; BARREIRA, C. Introdução: a construção de um campo intelectual: violência e segurança cidadã na América Latina. *In*: SANTOS, J. V. T.; BARREIRA, C. (orgs.). **Paradoxos da segurança cidadã**. Porto Alegre: Tomo, 2016. p. 9-40.
- TRINDADE, H. **Ciências Sociais no Brasil**: diálogos com mestres e discípulos. Brasília: ANPOCS; Liber Livro, 2012.
- ZALUAR, A. Violência e crime. *In*: MICELI, S. (org.). **O que ler na ciência social brasileira: 1970-1995**. São Paulo: Anpocs, 1999. p. 13-107.